



## PROJETO DE LEI N° 007, DE 29 DE JULHO DE 2022.

Estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2023 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições conferidas pelo inciso III do art. 71 da Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte projeto de lei:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, DEFINIÇÕES E CONCEITOS.

#### Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento as disposições constantes no inciso II do art. 165 da Constituição da República e no inciso I, do § 1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, as diretrizes orçamentárias do Município para 2023, compreendendo:

- I - disposições preliminares, orientações gerais e transparência;
- II - metas e prioridades da administração;
- III - estrutura, organização e elaboração do orçamento municipal;
- IV - receitas e alterações na legislação tributária;
- V - execução da despesa;
- VI - transferências de recursos às entidades públicas e privadas;
- VII - procedimentos sobre dívidas, inclusive com órgãos previdenciários;
- VIII - celebração de operações de crédito;
- IX - contingenciamento de despesas e critérios para limitação de empenho;
- XI - controle de custos e avaliação de resultados;
- XII - disposições gerais e transitórias.

#### Seção II Das Normas, Definições e Conceitos

Art. 2º Aplicam-se, na elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual – LOA/2023, as normas e procedimentos constantes nos instrumentos abaixo:

- I - Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- II - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
- III - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, 9ª edição a partir de 2022, aprovado pela Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 4 de



novembro de 2021, pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 1.131, de 4 de novembro de 2021 e atualizações;

IV - Manual de Demonstrativos Fiscais, 13ª edição, aplicado à União aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios a partir do exercício de 2023, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022.

Art. 3º Considera-se, para os efeitos desta Lei:

- I - Órgão, unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública;
- II - Entidade, unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;
- III - Agente público, indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;

IV - Categoria de Programação, consiste no detalhamento das despesas das unidades orçamentárias por função, subfunção, programa e ação, compreendendo:

a) Programa, o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no Plano Plurianual (PPA), visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade;

b) Ações são operações das quais resultam produtos, na forma de bens ou serviços, que contribuem para atender ao objetivo de um programa, especificadas no orçamento através de projetos e atividades;

c) Projeto, o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo;

d) Atividade, o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo;

e) Operação Especial, corresponde às despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Reserva de Contingência, compreende o volume de recursos orçamentários destinado ao atendimento de passivos contingentes, riscos e eventos imprevistos que serão utilizados como fonte de recursos orçamentários para abertura de créditos adicionais;

VI - Transferência, a entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação, a consórcios públicos ou a entidades privadas;



VII- Delegação de execução, consiste na entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação ou a consórcio público para execução de ações de responsabilidade ou competência do Município delegante;

VIII - Despesa Obrigatória de Caráter Continuado é a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixou para o ente a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios;

IX - Execução Física, a realização da obra, fornecimento do bem ou prestação do serviço;

X - Execução Orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XI - Execução Financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar;

XII – Riscos Fiscais são conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente nas contas públicas;

XIII - Passivos Contingentes, decorrem de compromissos firmados pelo governo em função de lei ou contrato e que dependem da ocorrência de um ou mais eventos futuros para gerar compromissos de pagamentos;

XIV - Contingência Passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade;

XV – Programação Financeira e Cronograma de Desembolso, consiste na compatibilização do fluxo de pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando ao ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados da arrecadação, para atender aos artigos 8º e 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;

XVI – Classificação por Fonte/Destinação de Recursos, tem como objetivo identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos, associando, no orçamento, fontes de receita à determinadas despesas.

## CAPÍTULO II

### DAS ORIENTAÇÕES GERAIS E DA TRANSPARÊNCIA

#### Seção Única

#### Das Orientações Gerais, da Transparência e do Equilíbrio

Art. 4º Deverão ser assegurados os princípios da justiça, da transparência, da publicidade, da participação popular, do controle social, da sustentabilidade e da gestão fiscal, na elaboração e execução do orçamento municipal de 2023.

§ 1º São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios digitais de acesso público:



- I - os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias;
- II - o balanço geral das contas anuais e pareceres prévios emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;
- III - os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária;
- IV - os Relatórios de Gestão Fiscal;
- V - os sistemas de acompanhamento da execução orçamentária e financeira, disponibilizados pela internet, de amplo acesso público;
- VI - o Portal da Transparência;
- VII- demais disposições constantes na Resolução TCE-PE nº 33, de 6 de junho de 2018 e suas alterações.

§ 2º Serão realizadas audiências públicas no período de elaboração da revisão da parcela do Plano Plurianual – PPA 2022/2025, para 2023 e da Lei Orçamentária Anual, assim como durante a execução orçamentária no exercício de 2023, quadrimensalmente, para avaliação e demonstração do cumprimento de metas fiscais, consoante disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º Na elaboração, aprovação do Projeto da Lei Orçamentária Anual e durante a execução da respectiva Lei, deverão ser observados o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas previstas no Anexo de Metas Fiscais, que poderão ser revistas por lei em função de modificações na política macroeconômica e na conjuntura econômica nacional.

Art. 6º Até 5 (cinco) dias úteis após o envio da proposta orçamentária para 2023 à Câmara Municipal, o Poder Executivo publicará em seu Portal da Transparência na internet cópia integral do projeto da Lei Orçamentária/2023 e seus anexos.

### CAPÍTULO III DAS PRIORIDADES, METAS E RISCOS FISCAIS

#### Seção I Das Prioridades e Metas

Art. 7º São estabelecidas as prioridades e metas da Administração Municipal, constantes desta Lei e de seus anexos, que terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único. As metas fiscais poderão ser revistas por Lei, diante de situação de baixo crescimento econômico e de elevação dos índices inflacionários, com repercussão nas receitas e despesas públicas.



Art. 8º Poderá haver, durante a execução orçamentária, compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, respeitadas as disposições dos artigos 167 e 212 da Constituição Federal e regras da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

## Seção II Do Anexo de Prioridades

Art. 9º As prioridades para elaboração e execução do Orçamento Municipal integram esta Lei por meio do ANEXO I - Anexo de Prioridades, onde constam as escolhas prioritárias do governo e da sociedade.

Art. 10. As ações prioritárias constarão do orçamento e serão executadas durante o exercício de 2023, de acordo com a disponibilidade de recursos, em consonância com o Plano Plurianual e a programação orçamentária aprovada.

Parágrafo único. Terão prioridade os projetos em andamento e as atividades destinadas ao funcionamento dos órgãos e entidades que integram os orçamentos, fiscal e da segurança social, serviços essenciais, despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais, os quais terão precedência na alocação de recursos.

## Seção III Do Anexo de Metas Fiscais

Art. 11. O ANEXO II - Anexo de Metas Fiscais, estabelecido pelo § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, dispõe sobre as metas anuais, em valores constantes e correntes, relativas a receitas e despesas, os resultados nominal e primário, o montante da dívida pública, para o exercício de 2023 e para os dois seguintes, bem como avaliação das metas do exercício anterior, por meio dos seguintes demonstrativos:

- I - Demonstrativo 1: Metas Anuais;
- II - Demonstrativo 2: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo 3: Metas Fiscais Atuais Comparadas com Metas Fiscais Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo 4: Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo 5: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo 6: Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social;



VII - Demonstrativo 7: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII - Demonstrativo 8: Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

§ 1º As informações da situação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, de que trata o inciso VI do *caput* deste artigo, originam-se de relatório específico elaborado por atuário, inscrito no Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

§ 2º O Anexo de Metas Fiscais abrange os órgãos da administração direta e indireta e fundos especiais que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 12. A metodologia e as memórias de cálculo, relativas aos valores dos demonstrativos desta Lei, foram elaborados em conformidade com disposições do MDF 13ª edição, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional e integram o Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

#### **Seção IV Do Anexo de Riscos Fiscais**

Art. 13. O Anexo de Riscos Fiscais, ANEXO III desta Lei, dispõe sobre a avaliação dos passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas e informa as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem.

Art. 14. Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, consoante disposições da alínea “b” do inciso III, do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Serão destinados no orçamento recursos exclusivamente do orçamento fiscal para a reserva de contingência de pelo menos 1% (um por cento) da receita corrente líquida estimada.

§ 2º Na hipótese de não utilização da reserva de contingência nos fins previstos no art. 5º, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar nº 101/2000, a reserva poderá ser usada como recursos orçamentários para abertura de créditos adicionais a partir de julho de 2023, nos termos do inciso III, do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

#### **Seção V Das Obras em Execução, da Conservação do Patrimônio e dos Novos Projetos**

Art. 15. Terão prioridade os projetos em andamento e as atividades destinadas ao funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, serviços essenciais, despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais, os quais terão precedência na alocação de recursos orçamentários.



Art. 16. O Demonstrativo de Obras em Execução e Despesas de Conservação do Patrimônio Público e de novos projetos, que integra esta Lei por meio do ANEXO IV, destina-se ao atendimento ao dispõe no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

## Seção VI Da Avaliação e do Cumprimento de Metas

Art. 17. Durante a execução orçamentária, o acompanhamento do cumprimento das metas será feito com base nas informações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, para cada bimestre e do Relatório de Gestão Fiscal, relativo a cada quadrimestre, publicados nos termos da legislação vigente.

Art. 18. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados nesta Lei.

§ 1º A programação financeira e o cronograma de desembolso, estabelecidos no art. 8º da Lei Complementar 101/2000, serão aprovados por Decreto Executivo até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual/2023.

§ 2º Poderão ser redefinidos a programação financeira e o cronograma de desembolso no decorrer do exercício, para preservar o equilíbrio fiscal.

§ 3º O demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício de 2021 integra o Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

## CAPÍTULO IV ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS Seção I Das Classificações Orçamentárias

Art. 19. Na elaboração dos orçamentos será obedecida a classificação constante do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, vigente para o exercício de 2023, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, citado no inciso III do art. 2º desta Lei.

Art. 20. Será adotada a classificação de receita orçamentária de utilização obrigatória pelos entes da Federação, padronizada pela Secretaria do Tesouro Nacional, inclusive vinculação às fontes/destinação de recursos.

Art. 21. O Quadro de Detalhamento da Despesa, que será publicado até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, terá o seguinte detalhamento:



- I - Classificação Institucional;
- II - Classificação Funcional;
- III - Classificação por Estrutura Programática;
- IV - Classificação da Despesa por Natureza:
  - a) Categoria Econômica;
  - b) Grupo de Natureza de Despesa;
  - c) Modalidade de Aplicação;
  - d) Elemento de Despesa;
- V - Classificação por Fonte/Destinação de Recursos.

§ 1º A proposta orçamentária poderá ser apresentada e executada com a classificação orçamentária até a modalidade de aplicação.

§ 2º Cada projeto, atividade ou operação especial terá identificada a função, e a subfunção às quais se vinculam, classificados de acordo com a regulamentação vigente e apresentará dotações orçamentárias, por modalidade de aplicação e fontes de recursos, relacionados com os seguintes grupos de natureza de despesa:

- I - Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais;
- II - Grupo 2 – Juros e Encargos de Dívida;
- III - Grupo 3 – Outras Despesas Correntes;
- IV - Grupo 4 – Investimentos;
- V - Grupo 5 – Inversões Financeiras;
- VI - Grupo 6 – Amortização de Dívidas;
- VII- Grupo 7 – Reserva do RPPS;
- VIII - Grupo 9 – Reserva de Contingência.

Art. 22. A reserva orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores, prevista no art. 8º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001 e atualizações, será identificada no Grupo 7 de Natureza de Despesa e pela Modalidade de Aplicação 99.

Art. 23. As dotações relativas à classificação orçamentária encargos especiais vinculam-se ao programa Operações Especiais, identificado no Orçamento por zeros e na Função 28 (vinte e oito), destinam-se a custear os encargos especiais, para suportar as despesas com:

- I - Amortização de dívidas, juros e encargos de dívidas;
- II - Precatórios e sentenças judiciais;
- III - Indenizações;



- IV - Restituições, inclusive de saldos de convênios;
- V - Ressarcimentos;
- VI - Amortização de dívidas previdenciárias;
- VII - Outros encargos especiais.

Art. 24. A demonstração de compatibilidade da programação orçamentária, com os objetivos e metas desta Lei, será feita por meio de anexo que integrará a Lei Orçamentária de 2023.

## Seção II Da Organização dos Orçamentos

Art. 25. Os orçamentos, fiscal e da seguridade social, compreenderão as programações dos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município e discriminarão suas despesas com o detalhamento previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, referenciado no inciso III do art. 2º desta Lei.

§1º O orçamento da seguridade social, compreendendo as áreas de saúde, previdência e assistência social, será elaborado de forma integrada nos termos do § 2º do art. 195 da Constituição Federal, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§2º Na elaboração da proposta orçamentária do Município, será assegurado o equilíbrio entre receitas e despesas, ficando vedada à consignação de crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada e admitida a inclusão de projetos genéricos, compatíveis com o plano plurianual.

§ 3º Constarão dotações na proposta orçamentária para as despesas relativas à amortização da dívida consolidada do Município e atendimento das metas de resultado nominal, assim como para o custeio de obrigações decorrentes do serviço da dívida pública.

§ 4º A lei orçamentária não consignará dotação de investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja prevista no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

§ 5º Cada programa identificará os projetos, atividades e operações especiais necessários para atingir seus objetivos, especificando os respectivos valores, finalidade e as unidades orçamentárias responsáveis por sua realização.

§ 6º A programação de cada órgão apresentará, por programa, as intervenções necessárias para atingir os seus objetivos sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, com os respectivos valores e operações, não podendo haver alterações que modifiquem as finalidades estabelecidas.



Art. 26. No orçamento cada projeto, atividade ou operação especial terá identificada a função e a subfunção às quais se vinculam, com codificação de acordo com a classificação vigente e apresentará as dotações orçamentárias, detalhadas por fonte/destinação de recursos, por grupos de natureza de despesa e modalidades de aplicação.

### **Seção III Do Projeto de Lei Orçamentária Anual**

Art. 27. A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores, será constituída de:

- I - Texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual;
- II - Anexos;
- III - Mensagem do Chefe do Poder Executivo.

Art. 28. A composição dos anexos da Lei Orçamentária será feita por meio de quadros, tabelas e demonstrativos orçamentários, incluindo os anexos definidos pela Lei Federal nº 4.320/1964 e outros demonstrativos estabelecidos para atender disposições legais.

Art. 29. Acompanham a Lei Orçamentária Anual de 2023 os seguintes quadros, demonstrativos e anexos:

- I - Quadro de discriminação da legislação da receita;
- II - Demonstrativo do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de:
  - a) Anistias;
  - b) Remissões;
  - c) Benefícios fiscais de natureza financeira e tributária.
- III - Tabelas e demonstrativos:
  - a) Tabela explicativa da evolução da receita arrecadada nos exercícios de 2020, 2021 e orçada para 2022;
  - b) Tabela explicativa da evolução da despesa realizada nos exercícios de 2020, 2021 e fixada para 2022;
  - c) Quadro demonstrativo consolidado da receita resultante de impostos e da despesa destinada a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, bem como o percentual orçado, consoante disposição do art. 212 da Constituição Federal;
  - d) Quadro demonstrativo consolidado das receitas indicadas na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012 e despesas fixadas na proposta orçamentária, destinada às ações e serviços públicos de saúde no Município;
  - e) Quadro demonstrativo dos recursos destinados ao atendimento aos programas e ações de assistência à criança e ao adolescente;



f) Relação de fontes de recursos.

IV - Anexos da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, que integrarão o orçamento:

- a) Anexo 1: Demonstrativo da receita e da despesa segundo a natureza;
- b) Anexo 2: Demonstrativo das receitas segundo as categorias econômicas;
- c) Anexo 2: Demonstrativo da despesa por categoria econômica e por unidade orçamentária;
- d) Anexo 6: Demonstrativo da despesa por programa de trabalho;
- e) Anexo 7: Demonstrativo dos Programas de Trabalho do Governo, indicando funções, subfunções, projetos e atividades;
- f) Anexo 8: Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo;
- g) Anexo 9: Demonstrativo da despesa por órgãos e funções.

V - Demonstrativo da compatibilidade da programação orçamentária, com as metas de receitas, despesas, resultado nominal e primário;

VI - Demonstrativo do efeito sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, consoante disposições do § 6º do art. 165 da Constituição da República.

Art. 30. A mensagem, que integra a proposta orçamentária, conterá:

I - Análise da conjuntura econômica nacional enfocando os aspectos que influenciem o Município;

II - Resumo da política econômica e social do Governo Municipal;

III - Justificativa da estimativa e da fixação de receitas e despesas;

IV - Informações sobre a metodologia de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da despesa fixada;

V - Situação da dívida do Município, restos a pagar e compromissos financeiros exigíveis.

Art. 31. Não poderão ser incluídos na Lei orçamentária projetos novos com recursos provenientes da anulação de projetos em andamento.

Art. 32. No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda nacional, segundo os preços correntes vigentes em junho de 2022.

§ 1º Considerar-se-ão os índices de inflação acumulada dos últimos doze meses na estimativa dos custos dos serviços, de manutenção e de funcionamento dos órgãos e entidades da administração municipal.



§ 2º Aos valores dos custos atuais de que trata o § 1º, serão projetadas atualizações para o exercício de 2023, por meio da aplicação de índices estimados de inflação.

§ 3º Na definição dos valores das dotações que integrarão a proposta orçamentária serão consideradas as tendências dos indicadores econômicos e consideradas as projeções constantes no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

Art. 33. As despesas e as receitas serão demonstradas de forma sintética e agregada, evidenciado o “superávit” corrente, no orçamento anual.

Art. 34. No orçamento será identificada pelos ditos 99 a Modalidade de Aplicação para classificação orçamentária de reserva de contingência.

Art. 35. No orçamento a reserva do Regime Próprio de Previdência Social será classificada com o dígito 7 no Grupo de Natureza da Despesa, que será calculada com base na diferença entre as receitas e despesas previdenciárias.

Art. 36. O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, elaborado e encaminhado pelo Poder Legislativo, será incluído na proposta orçamentária do Município, obedecendo a classificação orçamentária vigente.

Art. 37. Com fundamento no § 8º do art. 165 da Constituição Federal e nos artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Orçamentária conterá autorização para o Poder Executivo proceder, mediante Decreto, à abertura de créditos suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) da despesa fixada.

#### **Seção IV** **Do Processamento e das Alterações** **Subseção I** **Do Processamento e das Emendas**

Art. 38. A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições do art. 166, § 3º da Constituição da República, devendo o orçamento ser devolvido à sanção do Chefe do Poder Executivo devidamente consolidado, junto com todas as emendas e anexos.

§ 1º As emendas deverão ser compatíveis com o plano plurianual e ser indicados os recursos para execução das despesas nas dotações respectivas.

§ 2º Respeitadas as disposições constitucionais e legais, as emendas ao projeto de lei orçamentária deverão conter:

I - Indicação expressa dos órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos, atividades ou operações especiais e o montante das despesas que serão acrescidas, com as respectivas fontes/destinação de recursos;



II - Indicação expressa e quantificação, quando couber, das ações que forem incluídas ou alteradas.

§ 3º Não poderão ser anuladas, total ou parcialmente, dotações constantes na proposta orçamentária destinadas a investimentos referentes a obras em andamento, para servir de recursos para emendas destinadas a novos investimentos e as destinadas às despesas de que tratam as alíneas "a" a "c" do inciso II, do § 3º, do art. 166 da Constituição Federal.

Art. 39. As emendas feitas ao projeto de lei orçamentária e seus anexos, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público, poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º do art. 66 da Constituição da República, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas à Presidência da Câmara.

Parágrafo único. O veto às emendas restabelecerá a redação inicial da dotação constante da proposta orçamentária.

Art. 40. O Chefe do Poder Executivo poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações no projeto de lei do orçamento anual, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

## **Subseção II** **Das Alterações e dos Créditos Adicionais**

Art. 41. As alterações na lei orçamentária poderão ser realizadas de acordo com as necessidades de execução, observadas as disposições constitucionais e legais e condições de que trata este artigo:

I - as alterações que visem a inclusão de dotações inicialmente não computadas na lei orçamentária, em conformidade com os artigos 41 a 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, serão autorizadas pelo Poder Legislativo por intermédio de crédito adicional especial aprovado por Lei, que será aberto por decreto;

II - as alterações que visem reforço de dotações para despesas inicialmente computadas de forma insuficiente na lei orçamentária, gerando acréscimo no valor da ação orçamentária, serão realizadas mediante autorização do Poder Legislativo, através de Lei, para abertura de crédito adicional suplementar, em conformidade com os artigos 41 a 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que será aberto por decreto;

III - as alterações de fontes de recursos, modalidades de aplicação, categoria econômica e grupo de natureza que não gerem acréscimo no valor das ações orçamentárias, inicialmente contempladas na lei orçamentária ou em créditos adicionais, serão feitas



mediante decreto, por não constituir categoria de programação nos termos do inciso VI, do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 42. Para a situação constante no inciso II do art. 41 desta Lei, será estabelecido na Lei Orçamentária limite percentual sobre o total da despesa fixada para prévia autorização de abertura de crédito adicional suplementar, em conformidade com o art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e com o art. 165, § 8º da Constituição da República.

§ 1º A Lei Orçamentária conterá autorização para abertura de crédito adicional para utilização do saldo da conta do Fundeb do exercício anterior, até o limite de 10% (dez por cento) da estimativa da receita do referido fundo, para atendimento ao art. 25, § 3º da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

§ 2º A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais depende da existência de recursos, conforme dispõe o § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4320/1964, que serão especificados no decreto de abertura do crédito.

§ 3º Quando os recursos a serem utilizados para abertura de créditos adicionais suplementares forem originários de excesso de arrecadação ou superávit financeiro, poderão apurados por fonte de recursos.

§ 4º Para a situação de trata o inciso III do caput do art. 41 desta Lei, poderão ser incluídas novas fontes de recursos, obedecidas as disposições normativas da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 43. A partir do mês de junho de 2023, caso a inflação medida pelo IPCA/IBGE acumulado de doze meses ultrapassar 10% (dez por cento) e a receita arrecadada também crescer acima do referido percentual, poderá haver atualização monetária dos saldos das dotações orçamentárias existentes na data do decreto de atualização, no mesmo percentual do IPCA acumulado.

Art. 44. Os créditos extraordinários são destinados às despesas imprevisíveis e urgentes como em caso de calamidade pública, consoante disposições do § 3º do art. 167 da Constituição da República e do art. 44, da Lei Federal nº 4.320/1964, e serão abertos por Decreto do Poder Executivo, que deles dará conhecimento ao Poder Legislativo.

Parágrafo único. Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses de 2022 poderão ser reabertos e incorporados ao orçamento de 2023, no limite de seus saldos, mediante decreto, conforme permite o art. 167, § 2º, da Constituição Federal, podendo ser ajustada a classificação orçamentária para adequação ao orçamento/2023.

Art. 45. Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados com a forma e o nível de detalhamento estabelecidas para o orçamento.



Parágrafo único. Durante o exercício de 2023 os projetos de Lei destinados a autorização para abertura de créditos especiais incluirão as modificações pertinentes no Plano Plurianual, para compatibilizar à execução dos programas de trabalho envolvidos, com a programação orçamentária respectiva.

**Art. 46.** Havendo necessidade de suplementação de dotações da Câmara Municipal, esta solicitará por ofício ao Poder Executivo, que terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para abrir o crédito por meio de Decreto e comunicar à Presidência da Câmara.

**§ 1º** A solicitação de que trata o caput deste artigo indicará as dotações vinculadas à Câmara Municipal que serão reforçadas e as que serão reduzidas, para atender ao inciso III do §1º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

**§ 2º** Verificado eventual saldo de dotação orçamentária da Câmara Municipal que não será utilizado, poderá ser oferecido pelo Poder Legislativo para servir como fonte para abertura de créditos adicionais.

**Art. 47.** Para realização das ações e serviços públicos, inclusive aqueles decorrentes dos artigos 194 a 214 da Constituição Federal, poderá haver compensação entre os orçamentos fiscal e da seguridade social, por meio de créditos adicionais com recursos de anulação de dotações, respeitados os limites legais.

**Art. 48.** O Plano Plurianual, esta Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual, e seus anexos, poderão ser alterados por leis específicas no decorrer do exercício de 2023, observada a legislação pertinente.

## **Seção V Do Orçamento do Poder Legislativo**

**Art. 49.** A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo para 2023, de que trata o inciso V do § 1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, será encaminhada pela Câmara de Vereadores ao Poder Executivo para inclusão na proposta orçamentária do Município, obedecerá às normas vigentes e aos limites constitucionais.

**§ 1º** A proposta orçamentária parcial de que trata o caput deste artigo será encaminhada até 5 (cinco) de setembro de 2022, para inclusão na proposta do Orçamento Geral do Município.

**§ 2º** Junto com a proposta orçamentária, à Câmara de Vereadores enviará ao Poder Executivo os programas de trabalho do Poder Legislativo que serão incluídos no projeto de lei de revisão do Plano Plurianual.



Art. 50. A despesa autorizada para o Poder Legislativo na Lei Orçamentária terá sua execução condicionada ao valor da receita efetivamente arrecadada no exercício de 2022, conforme dispõe o art. 29-A da Constituição Federal e seus parágrafos.

## CAPÍTULO V

### DAS RECEITAS E DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

#### Seção I

#### Da Receita Municipal

Art. 51. Na elaboração da proposta orçamentária, para efeito de previsão de receitas, deverão ser considerados os seguintes fatores:

- I - efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II - variações de índices de preços;
- III - crescimento econômico ou recessão da atividade econômica;
- IV – projeções constantes do Anexo de Metas fiscais desta Lei.

Art. 52. Na ausência de parâmetros atualizados do Estado de Pernambuco, poderão ser considerados índices econômicos e outros parâmetros nacionais, na estimativa de receita orçamentária, conforme projeções do Anexo de Metas Fiscais, que integra esta Lei, obtidos das seguintes fontes:

- I - Dados do Ministério da Economia;
- II - Relatórios do Banco Central do Brasil;
- III - Publicações do IBGE.

Art. 53. A estimativa de receita para 2023, que integra o ANEXO II desta Lei, fica disponibilizada para o Poder Legislativo, nos termos do art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º Para atender ao art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, será elaborada a programação financeira e o cronograma de desembolso, devendo as receitas previstas serem desdobradas, Pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

§ 2º As medidas de combate à evasão e à sonegação e a indicação da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança de dívida ativa, de que trata o § 1º deste artigo, poderá ser objeto de decreto específico.

Art. 54. Na proposta orçamentária o montante de receitas previsto para operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital fixadas.



Art. 55. A Lei específica que autorizar operações de crédito, durante o exercício de 2023, poderá reestimar a receita de capital para incluir ou modificar a receita prevista para operações de crédito na Lei Orçamentária Anual.

Art. 56. O produto da receita proveniente da alienação de bens será destinado apenas às despesas de capital, nas hipóteses legalmente permitidas.

## Seção II Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 57. O Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Legislativo projetos de lei propondo alterações na legislação, inclusive na que dispõe sobre tributos municipais, se necessário à preservação do equilíbrio das contas públicas, à consecução da justiça fiscal, à eficiência e a modernização da máquina arrecadadora, alteração das regras de uso e ocupação do solo, subsolo e espaço aéreo.

Art. 58. Para o amplo exercício da prerrogativa estabelecida no art. 11 da Lei Complementar nº 101 de 2000, deverá ser dinamizado o setor tributário da Prefeitura, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a modernizar prédio, instalações e equipamentos, contratar pessoal para atender ao excepcional interesse público, locar sistemas informatizados, contratar serviços especializados e tomar outras providências, com o objetivo de aumentar a arrecadação e cobrar eficientemente a dívida ativa tributária.

Art. 59. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios, que correspondam a tratamento diferenciado, poderão ser apresentados no exercício de 2023, respeitadas disposições do art. 14 da Lei complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Poderá ser concedido desconto para pagamento em parcela única de IPTU, em percentual estabelecido no Código Tributário Municipal ou em lei específica.

Art. 60. O Setor de tributação, no exercício de suas competências:

I - registrará em sistema informatizado, os valores dos tributos lançados, arrecadados e em dívida ativa;

II - controlará e identificará os tributos arrecadados diariamente, para a correta classificação orçamentária e ingresso das receitas na Fazenda Pública;

III - encaminhará ao órgão Central de Contabilidade, o montante da receita lançada, arrecadada, valores a receber e em dívida ativa.



Parágrafo único. O Controle Interno fiscalizará os procedimentos relacionados com a arrecadação tributária.

Art. 61. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para os efeitos do disposto no § 2º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e legislação aplicável.

§ 1º O setor de tributação levantará anualmente o montante de créditos tributários inscritos na dívida ativa, prescritos e/ou que não tenham perspectivas de recebimento e disponibilizará à contabilidade para instruir o ajuste de perdas nos registros contábeis.

§ 2º A dívida ativa tributária deverá ser cobrada por todos os meios legais, observadas as disposições do Código Tributário Municipal, da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e atualização da legislação específica.

## CAPÍTULO VI DA DESPESA PÚBLICA Seção I Da Execução da Despesa

Art. 62. As despesas serão executadas diretamente pela Administração e/ou por meio de movimentação entre o Município e entes da Federação e entre entidades privadas ou consórcios públicos, por meio de transferências e delegações de execução orçamentária, nos termos da Lei.

§ 1º Terá prioridade a execução das despesas correntes obrigatórias de caráter continuado, que não serão objeto de contingenciamento.

§ 2º Deverão ser assegurados recursos preferencialmente para as obras já iniciadas, não podendo ser utilizados recursos de obras em andamento para execução de obras novas.

§ 3º As operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, serão executadas por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos do disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91.

§ 4º É vedada a execução orçamentária de programação que utilize a designação "a definir" ou outra que não permita a sua identificação precisa.

Art. 63. Para atendimento ao parágrafo único do art. 8º da Lei complementar nº 101/2000, às disposições do art. 212 da Constituição da República, do art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012 e da legislação correlata, as despesas serão realizadas obedecendo as vinculações relativas às fontes/destinação de recursos respectivas.



§ 1º As despesas serão vinculadas as fontes de receita destinadas a seu pagamento, desde a dotação orçamentária respectiva, que conterá obrigatoriamente a fonte/destinação de recursos a qual se vincula, nos termos da classificação orçamentária vigente.

§ 2º Para o custeio de obras, serviços, aquisições de bens e demais despesas de custeio, serão emitidas notas de empenho para cada fonte de recursos.

§ 3º Havendo necessidade de pagar despesas com recursos distintos das fontes onde a despesa se encontre empenhada, para pagar com outra fonte permitida, será necessária a emissão de novo empenho, com a fonte/destinação pela qual será paga a despesa e determinada a anulação do empenho vinculado à fonte originaria.

§ 4º Existindo empenho global, no valor licitado e contratado, vinculado a determinada fonte de recursos e havendo necessidade de pagar o restante do contrato com outra fonte permitida, será emitido um empenho complementar com a nova fonte e anulado o saldo do empenho global vinculado à fonte originária que deixou de ter recursos.

Art. 64. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotações orçamentárias.

§ 1º A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas na observância da legislação pertinente.

§ 2º Aos gestores de contratos e agentes que forem designados para liquidar despesa compete examinar a documentação comprobatória e os documentos fiscais respectivos, para instruir à formalização do processamento da liquidação da despesa, seguindo as disposições do caput e dos §§ 1º e 2º do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 e regulamentação específica.

§ 3º A Tesouraria observará o cumprimento das etapas anteriores e só poderá efetuar o pagamento após regular liquidação, com documentos autênticos e idôneos, com atesto do liquidante e autorização do ordenador da despesa na nota de empenho, observada a vinculação dos recursos e a fonte correta.

§ 4º O órgão central responsável pela contabilidade do Município e pela consolidação das contas, para atender ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e na legislação aplicável, poderá estabelecer procedimentos que deverão ser seguidos ao longo do exercício, inclusive aplicáveis ao processo de encerramento contábil de 2023, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.



Art. 65. O processo de execução da despesa pública poderá ser formalizado por meio de processo administrativo sumário, contendo:

- I - autorização do ordenador de despesa;
- II - termo de adjudicação da licitação respectiva;
- III - cópia da nota de empenho;
- IV - cópia do instrumento de contrato ou equivalente;
- V - documentos fiscais respectivos;
- VI - documento atestador da comprovação do cumprimento da obrigação contratual, podendo ser boletim de medição de obras e serviços, atestado de recebimento de bens e materiais, dentre outros;
- VII - ordem de pagamento, comprovante de transferência bancária ou equivalente;
- VIII - Capa com sumário contendo:
  - a) número e data do processo administrativo;
  - b) número e data do processo licitatório;
  - c) valor da despesa;
  - d) número do empenho e nome do credor.

§1º Deverão ser segregados os documentos de despesas realizadas com recursos do Fundeb e arquivados em boa ordem, para efeito de controle, fiscalização e transparência.

§2º Os documentos de despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia do Covid-19 e suas consequências, serão arquivados separadamente e disponibilizados em meio digital de acesso público.

Art. 66. Para cumprimento das disposições dos artigos 50 a 56 da Lei Complementar nº 101/2000, os órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive consórcios públicos, dos quais o Município participe, apresentarão dados, informações e demonstrativos destinados à consolidação das contas públicas, individualização da aplicação dos recursos vinculados, elaboração do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, nos prazos estabelecidos, inclusive cumprir as disposições do § 6º do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, introduzido pela Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. O Poder Legislativo enviará a movimentação da execução orçamentária para o Executivo consolidar e disponibilizar aos órgãos de controle e ao público, junto com dados e informações de receitas e despesas consolidadas do Município, envolvendo todos os órgãos e entidades de ambos os Poderes, na forma da Lei.

## Seção II



## **Das Transferências, das Delegações, dos Consórcios Públicos e das Subvenções.**

### **Subseção I**

#### **Das Transferências de Recursos a Instituições Públicas e Privadas**

Art. 67. Poderá ser incluída na proposta orçamentária, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao Município.

Art. 68. As parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, obedecerão às disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com a redação dada pela Lei nº 13.204/2015 e suas atualizações e disposições desta Lei.

Art. 69. A destinação de recursos a entidades privadas também fica condicionada a prévia manifestação dos setores técnicos e jurídico do órgão concedente, sobre o objeto e a adequação dos instrumentos contratuais respectivos às normas pertinentes.

Parágrafo único. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberem os recursos, bem como do cumprimento integral de todas as cláusulas dos termos de colaboração, termos de fomento, acordo de cooperação ou outro instrumento legal aplicável.

Art. 70. Poderão ser celebrados pelo Município convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada com órgãos ou entidades públicas, para a execução de programas, projetos e atividades que envolvam a transferência de recursos ou a descentralização de créditos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, observadas as disposições legais pertinentes.

§ 1º As prestações de contas, sem prejuízo de outras exigências legais e regulamentares, demonstrarão as origens e aplicações dos recursos, cumprimento dos objetivos e da execução das metas físicas constantes do plano de trabalho e do instrumento de repasse respectivo, devendo ser instruída com documentos autênticos e idôneos.

§ 2º Fica vedada a realização, pelo Poder Executivo, de quaisquer despesas decorrentes de convênios, contratos de gestão e termos de parceira celebrados com entidades sem fins lucrativos que deixarem de prestar contas periodicamente, na forma prevista na legislação e nos instrumentos contratuais respectivos.

### **Subseção II**



## Das Transferências e Delegações à Consórcios Públicos

Art. 71. A transferência de recursos para consórcio público fica condicionada ao consórcio adotar orçamento e execução de receitas e despesas obedecendo às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas, classificação orçamentária nacionalmente unificada, disposições da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, da Portaria STN nº 274, de 2016 e Resolução T.C. nº 34, de 9 de novembro de 2016, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e suas atualizações.

Art. 72. Para as entregas de recursos a consórcios públicos deverão ser observados os procedimentos relativos à delegação ou descentralização, da forma estabelecida na legislação aplicável.

Parágrafo único. Preferencialmente as transferências de recursos aos consórcios públicos deverá obedecer a programação financeira específica.

Art. 73. A contabilização das despesas, junto ao consórcio público, deverá individualizar a movimentação de recursos oriundos do Município, assim como o consórcio encaminhará tempestivamente à Prefeitura as informações necessárias para atender ao disposto no § 6º do art. 48 e no caput do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Até 15 (quinze) de agosto de 2022 o consórcio encaminhará à Prefeitura a parcela de seu orçamento para 2023, que será custeada com recursos do Município, para inclusão na proposta orçamentária.

§ 2º O consórcio público deverá prestar todas as informações necessárias para subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária, de acordo com a legislação pertinente, inclusive indicação das fontes/destinação de recursos que custearão os programas.

§ 3º A proposta orçamentária do consórcio, relativa as ações que integrarão a Lei Orçamentária do Município, deverá ser apresentada à Prefeitura com todo o detalhamento exigido nesta Lei, com os valores expressos em moeda corrente, não se admitindo que o consórcio encaminhe seu orçamento geral e indique um percentual de participação para que sejam calculados os valores das dotações relativas ao Município.

§ 4º O orçamento do consórcio público deverá observar na sua elaboração estimativa realista dos custos dos serviços, alocados em suas atividades e/ou projetos e referir-se apenas aos programas que o Município participe.

§ 5º Para atender ao Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – SAGRES, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, o consórcio que receber recursos do Município enviará mensalmente, em meio eletrônico, em tecnologia compatível com os sistemas de informação da Prefeitura e do SAGRES/TCE-PE, os dados



mensais da execução orçamentária do consórcio, para efeito de consolidação das contas municipais, no prazo legal.

### **Seção III** **Das Despesas com Pessoal e Encargos**

Art. 74. Deverá haver efetivo controle das despesas com pessoal, nos termos do art. 169 da Constituição Federal e disposições da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês de referência com as dos 11 (onze) meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.

§ 2º Na apuração das despesas de pessoal será observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução ou retenção, ressalvada a redução para atendimento ao disposto no inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal.

§ 3º Na hipótese de ser atingido o limite prudencial, que corresponde a 95% do limite de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, a convocação para prestação de horas suplementares de trabalho somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública, educação e assistência social ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecidas pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 75. Em cumprimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição Federal, fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, respeitados os limites e disposições da legislação aplicável.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder abono para pagar o valor do salário-mínimo definido no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal, até a aprovação da lei municipal contemplando o reajuste.

§ 2º Os abonos concedidos serão compensados quando da concessão de revisão e reajustes, devendo constar nos critérios nas leis específicas que concederem as revisões e os reajustes respectivos.

§ 3º Serão consideradas na margem de expansão as despesas com reajustes do salário-mínimo e dos profissionais da educação básica.

Art. 76. O projeto de lei que tratar da revisão geral anual dos servidores públicos municipais não poderá conter matéria estranha a esta.



Parágrafo único. Para as despesas de pessoal que estejam consideradas na margem de expansão discriminada no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, fica dispensada a apresentação de impacto orçamentário-financeiro junto ao projeto de lei.

#### **Seção IV** **Das Despesas com Seguridade Social**

Art. 77. O Município na sua área de competência, para cumprimento das disposições do art. 194 da Constituição Federal, realizará ações para assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

##### **Subseção I** **Das Despesas com a Previdência Social**

Art. 78. A programação orçamentária da entidade do Regime Próprio de Previdência Social será elaborada e encaminhada ao órgão responsável pelo planejamento municipal até 5 (cinco) de setembro de 2022, para ser incorporada à proposta do orçamento municipal.

§ 1º A avaliação financeira e atuarial que instruir as memórias de cálculo do Anexo de Metas Fiscais e projeções de valores para o orçamento do RPPS deverá ser produzida por atuário inscrito no Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

§ 2º As estimativas de evolução das despesas para fixação de dotações que integrarão a proposta orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social seguirão as tendências do crescimento próprio das despesas previdenciárias.

##### **Subseção II** **Das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.**

Art. 79. O Poder Executivo transferirá ao Fundo Municipal de Saúde os recursos destinados à realização das ações e dos serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012.

§ 1º As diferenças entre as receitas e as despesas previstas e as efetivamente realizadas que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios serão apurados e corrigidos a cada quadrimestre do exercício financeiro, de acordo com os critérios constantes no art. 24 da Lei Complementar nº 141/2012.

§ 2º Preferencialmente, deverá haver programação financeira para os repasses de recursos ao Fundo Municipal de Saúde.



Art. 80. As transferências voluntárias de recursos da União para a área de saúde que estejam condicionadas a contrapartida nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2023, deverão ter dotações no orçamento do Município para seu cumprimento.

Art. 81. Será publicado na Secretaria de Saúde e no prédio da Prefeitura o Anexo 12 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária que demonstra receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde a cada bimestre do exercício, bem como disponibilizado ao Conselho Municipal de Saúde na data da publicação e no Portal da Transparência.

Art. 82. A transferência de dados ao SIOPS – Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde será feita bimestralmente por meio de certificação digital, de responsabilidade do titular da Secretaria de Saúde, nos termos da legislação federal específica.

Art. 83. O Parecer do Conselho Municipal de Saúde sobre as contas do Fundo, conclusivo e fundamentado, será emitido dentro de 10 (dez) dias após o recebimento da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 84. O Fundo Municipal de Saúde disponibilizará em portal da transparência, na Internet, a execução orçamentária diária, nos termos da lei.

Art. 85. Constará da proposta orçamentária demonstrativo consolidado das receitas indicadas na Lei Complementar nº 141/2012 e as despesas fixadas para ações e serviços públicos de saúde em 2023.

### **Subseção III Das Despesas com Assistência Social**

Art. 86. Para atender ao disposto no art. 203 da Constituição Federal o Município prestará assistência social a quem dela necessitar, nos termos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e da legislação aplicável, seguindo a Política Nacional de Assistência Social nos eixos estratégicos de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

§ 1º Para os efeitos do caput deste artigo, a proteção social básica está relacionada com ações de assistência social de caráter preventivo, enquanto a proteção social especial destina-se as ações de caráter protetivo.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social destinará dotações distintas para ações de proteção básica e proteção especial.

Art. 87. Constarão do orçamento dotações destinadas a doações e execução de programas assistenciais, ficando a concessão subordinada às regras e critérios estabelecidos em programas, leis e regulamentos específicos.



Art. 88. Poderão ser criados programas de assistência à população atingida pelas consequências da Covid-19, incluindo os destinados a emprego e renda.

Art. 89. Serão alocados no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social recursos para custeio dos benefícios eventuais da assistência social e para os programas específicos da assistência social, consoante legislação aplicável.

Art. 90. As transferências de recursos do Município para custeio de ações no Fundo Municipal de Assistência Social deverão, preferencialmente, seguir programação com cronograma de repasse.

#### **Seção V** **Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**

Art. 91. Integrará o Orçamento do Município um quadro demonstrativo do cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, no tocante à vinculação de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 92. O Poder Executivo disponibilizará aos Conselhos Municipal de Educação e de Controle Social do Fundeb e aos órgãos de Controle Externo, publicará em local visível no prédio da Prefeitura e entregará para publicação na Câmara de Vereadores o Demonstrativo Anexo 08 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO, para conhecimento da aplicação de recursos no ensino.

§ 1º A demonstração da origem e aplicação dos recursos no ensino será evidenciada no Demonstrativo de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Anexo 8 do RREO, de acordo com a padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, para os municípios.

§ 2º A transferência de dados ao SIOPE – Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Educação será feita bimestralmente por meio de certificação digital, de responsabilidade do titular da Secretaria de Educação, nos termos da legislação federal específica.

#### **Seção VI** **Dos Repasses de Recursos à Câmara Municipal**

Art. 93. Os repasses de recursos à Câmara de Vereadores ocorrerão mensalmente até o dia 20 (vinte) de cada mês, nos termos do artigo 29-A da Constituição Federal.

Art. 94. O repasse do duodécimo do mês de janeiro de 2023 poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2022, devendo ser ajustada, a partir de fevereiro, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos,



quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal, para os repasses de recursos ao Poder Legislativo.

## **Seção VII** **Das Despesas com Serviços de Outros Governos**

Art. 95. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, inclusive instituições públicas vinculadas a União, ao Estado de Pernambuco ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes na Lei Orçamentária, mediante convênio, ajuste ou instrumento congênere.

Art. 96. Poderão ser incluídas dotações específicas para custeio de despesas resultantes de convênios, para atender ao disposto no caput do art. 95 desta Lei.

Parágrafo único. A assunção de despesas e serviços de responsabilidade de outros governos fica condicionada a prévia formalização de instrumentos de convênio ou equivalentes.

## **Seção VIII** **Das Despesas com Cultura e Esportes**

Art. 97. Constarão do orçamento dotações destinadas ao patrocínio e à execução de programas culturais e esportivos.

§ 1º Nas atividades de que trata o caput deste artigo, podem ser incluídas dotações para despesas com concessão de prêmios, subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos locais.

§ 2º O Município também apoiará e incentivará o desporto e o lazer, por meio da execução de programas específicos de acordo com as disposições do art. 217 da Constituição Federal, observada regulamentação local.

Art. 98. Nos programas culturais de que trata o art. 97 desta lei, bem como em programas realizados diretamente pela Administração Municipal, se incluem o patrocínio e realização, pelo Município, de festividades artísticas, cívicas, folclóricas, tradicionais e outras manifestações culturais, inclusive quanto à valorização e difusão cultural de que trata o art. 215 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O projeto destinado à realização de eventos será elaborado nos termos da legislação vigente, conterá memorial descritivo, detalhamento de serviços, montagem de estruturas, especificações técnicas e estimativas de custos, bem como



cronograma físico-financeiro compatível como os prazos de licitação, de contratação e de realização de todas as etapas necessárias.

## **Seção IX** **Das Mudanças na Estrutura Administrativa**

**Art. 99.** O Poder Executivo poderá atualizar sua estrutura administrativa e orçamentária para atender de forma adequada as disposições legais, operacionais e a prestação dos serviços à população, bem como atender ao princípio da segregação de funções na administração pública, por meio de Lei específica.

**§ 1º** Havendo mudança na estrutura administrativa resultante de lei, fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transferir, transpor ou utilizar, total ou parcialmente, dotações orçamentárias constantes no orçamento, ou em crédito especial, decorrente da extinção, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.

**§ 2º** Na transposição, transferência ou remanejamento poderá haver reajuste na classificação orçamentária, obedecidos os critérios e as normas estabelecidas na legislação citada no art. 2º desta Lei.

## **Seção X** **Do Apoio aos Conselhos e Transferências de Recursos aos Fundos**

**Art. 100.** Os Conselhos e Fundos Municipais terão ações custeadas pelo Município, desde que encaminhem seus planos de trabalho e/ou propostas orçamentárias parciais, indicando os programas e as ações que deverão ser executadas, para que sejam incluídas nos projetos e atividades do orçamento municipal, da forma prevista nesta lei e na legislação aplicável.

Parágrafo único. Os planos de trabalho e os orçamentos parciais citados no caput deverão ser entregues até o dia 15 (quinze) de agosto de 2022, para que o Setor de Planejamento do Poder Executivo faça a inclusão no Projeto de Revisão do Plano Plurianual 2022/2025, para o próximo exercício e na proposta orçamentária para 2023.

**Art. 101.** Os repasses aos fundos terão destinação específica para execução dos programas, projetos e atividades constantes do orçamento, cabendo ao Gestor do Fundo manter a contabilidade, ordenar a despesa e prestar contas aos órgãos de controle.

**§ 1º** Os repasses de recursos aos fundos serão feitos de acordo com programação financeira, por meio de transferências nos termos da legislação específica.



§ 2º Os gestores de fundos prestarão contas ao Conselho de Controle Social respectivo e aos órgãos de controle externo, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º Os atos relativos as limitações de empenho, em decorrência de frustração de receita que afetem as metas de resultado nominal e primário, abrangem os fundos especiais.

## Seção XI

### Da Geração e do Contingenciamento de Despesa

Art. 102. Será emitido Demonstrativo da Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro relativo à geração de despesa nova, para atendimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º O impacto orçamentário-financeiro, aludido no caput, será considerado para o exercício que entrar em vigor e para os dois seguintes.

§ 2º Para os fins previstos no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, consideram-se despesas irrelevantes às despesas até os valores limites constantes nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e atualizações.

§ 3º Para despesas abaixo do limite do § 2º não cabe emissão de impacto orçamentário-financeiro, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 103. O órgão responsável pelas finanças municipais terá o prazo de 10 (dez) dias para produzir os demonstrativos de impacto orçamentário-financeiro, depois de solicitado o estudo de projeção da despesa nova e de indicação das fontes de recursos respectivas, devendo ser informado pelo órgão solicitante os valores necessários à realização das ações que serão executadas, para propiciar a montagem da estrutura de cálculo do impacto.

Art. 104. As entidades da administração indireta, do Regime Próprio de Previdência Social, fundos municipais e o Poder Legislativo disponibilizarão dados, demonstrativos e informações contábeis ao Órgão Central de Contabilidade do Município para efeito de consolidação, de modo que possam ser entregues nos prazos legais, relatórios, anexos e demonstrações contábeis às instituições de controle externo e social, assim como para monitoramento da evolução de receitas e despesas.

Art. 105. Caso as metas de resultado primário e nominal, estabelecidas no ANEXO II desta Lei, não posam ser cumpridas por insuficiência na arrecadação de receitas, serão promovidas reduções nas despesas, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com limitações ao empenhamento de despesas e à movimentação financeira.

Art. 106. Constatada insuficiência de recursos durante a execução orçamentária, serão estabelecidos, em atos próprios, procedimentos para a limitação de empenho, observada a seguinte escala de prioridades:



- I - obras não iniciadas;
- II - desapropriações;
- III - instalações, equipamentos e materiais permanentes;
- IV - serviços para a expansão da ação governamental;
- V - materiais de consumo para a expansão da ação governamental;
- VI - outras situações declaradas nos atos de contingenciamento.

§ 1º Não são objeto de limitação às despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, sentenças judiciais e de despesa com pessoal, incluídos os encargos sociais e demais despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 2º A limitação de empenho e movimentação financeira serão em percentuais proporcionais às necessidades.

## CAPÍTULO VII

### DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E DOS CUSTOS

#### Seção I

##### Do Programação Financeira e do Detalhamento da Despesa

Art.107. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo estabelecerá à programação financeira, o cronograma de desembolso, as metas bimestrais de arrecadação e publicará o quadro de detalhamento da despesa.

§ 1º O cronograma de desembolso discriminará a despesa por grupo de natureza, com valores mensais e bimestrais, abrangendo de janeiro a dezembro de 2023.

§ 2º Poderá haver reprogramação financeira para compatibilizar o fluxo financeiro com as despesas, em decorrência do comportamento da economia que impacte negativamente nos valores programados para as receitas.

§ 3º O Quadro de Detalhamento da Despesa discriminará a natureza de despesa e fonte/destinação de recursos, de acordo com a classificação orçamentária nacionalmente unificada.

§4º O Quadro de Detalhamento da Despesa poderá ser publicado juntamente com a lei orçamentária e seus anexos.

#### Seção II

##### Do Controle de Custos e Avaliação dos Resultados

Art. 108. O controle de custos, no âmbito da Administração Municipal, obedecerá às normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que serão implantadas, paulatinamente, de acordo com a capacidade de estruturação de um sistema de controle de custos adequado ao Município.



§ 1º Na elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual constarão os valores globais de cada programa e das ações respectivas, discriminadas na programação orçamentária em projetos e atividades.

§ 2º Durante a execução orçamentária serão individualizados os valores das despesas de programas e ações.

§ 3º Os gestores de programas, titulares de órgãos e demais dirigentes conhecerão os gastos com ações e programas, assim como a população que acompanha a execução orçamentária por meio do portal da transparência.

Art. 109. Os gestores de programas quantificarão as metas físicas das ações, para comparação com as despesas demonstradas na execução orçamentária e financeira em projetos e atividades, vinculadas aos programas respectivos, com vistas a facilitar a avaliação dos gastos e a evolução de indicadores.

§ 1º A avaliação dos resultados dos programas será feita preferencialmente através de indicadores, devendo o Gestor de cada programa acompanhar os gastos com a execução do programa e comparar as metas previstas com as realizadas.

§ 2º Durante o exercício de 2023 poderão ser construídos, substituídos, modificados e acrescidos indicadores para mesurar o desempenho dos programas de trabalho do Plano Plurianual 2022/2025, revisado para 2023, por meio de Decreto.

## CAPÍTULO VIII DA FISCALIZAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS Seção única Das Prestações de Contas e da Fiscalização

Art. 110. Serão apresentadas até o dia 31 (trinta e um) de março de 2023:

I - a Prestação de Contas Anual de Governo, exercício de 2022, pelo Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II - as Prestações de Contas Anuais de Gestão, exercício de 2022, pelos Gestores e demais responsáveis por recursos públicos.

§ 1º Serão apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco as prestações de contas de 2022, em meio digital no processo eletrônico, de acordo com resoluções do referido tribunal.

§ 2º A coordenação do processo de coleta de dados e informações para organização da documentação que comporá o processo de prestação de contas ficará a cargo do Órgão de Controle Interno do Município.



Art. 111. Serão apresentadas à Câmara Municipal as prestações de contas de 2022, da forma estabelecida pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco em meio digital e disponibilizadas na Internet, para conhecimento da sociedade.

Art. 112. O controle interno fiscalizará a execução orçamentária, física e financeira, inclusive dos convênios, contratos e outros instrumentos congêneres, nos termos da legislação aplicável.

## CAPÍTULO IX DOS ORÇAMENTOS DOS FUNDOS, CONSÓRCIOS E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

### Seção I

#### **Do Orçamento dos Fundos, Consórcios e Órgãos da Administração Indireta**

Art. 113. Os orçamentos dos órgãos e entidades da administração indireta, fundos municipais e consórcios públicos que o Município participe, poderão integrar a proposta orçamentária por meio de unidade gestora supervisionada.

§ 1º Os órgãos e entidades da administração indireta citados no caput deste artigo encaminharão, até o dia 15 (quinze) de agosto de 2022, seus planos de trabalho e orçamentos parciais, ao órgão responsável pela elaboração da proposta orçamentária, indicando os programas e as ações que deverão ser executadas em 2023.

§ 2º O processo de elaboração da proposta orçamentária será coordenado pelo órgão de planejamento do município em parceria com o órgão de finanças.

### Seção II Da Execução Orçamentária e Controle de Investimentos

Art. 114. Os gestores de programas, de contratos e de convênios acompanharão a execução orçamentária, física e financeira das ações que serão realizadas e o alcance dos objetivos de cada programa.

§ 1º O gestor do programa deverá monitorar continuamente a execução, disponibilizar informações gerenciais e emitir relatórios sobre a mensuração por indicadores do desempenho do programa.

§ 2º O gestor de convênios será responsável pela formalização da prestação de contas do convênio respectivo e acompanhamento até sua regular aprovação, monitoramento do Sistema Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, alimentação e consultas ao Sistema de Convênios ou outros que o sucederem e atendimento de diligências.

§ 3º O Chefe do Poder Executivo designará os responsáveis pela gestão de convênios, contratos de repasse e programas específicos, bem como os fiscais dos contratos e instrumentos congêneres.



Art. 115. Serão obedecidas as normas e disposições relativas a obras e serviços de engenharia estabelecidas na Resolução TC Nº 114, de 09 de dezembro de 2020, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Art. 116. É proibida a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos, fiscal e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer ou onde estiver eventualmente lotado.

## CAPÍTULO X DAS DÍVIDAS, DO ENDIVIDAMENTO E DOS RESTOS A PAGAR

### Seção I Dos Precatórios

Art.117. O orçamento consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios.

Art.118. Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2022, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para 2023.

### Seção II Da Celebração de Operações de Crédito e Alienação de Bens

Art. 119. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar operações de crédito, nos termos da Legislação Federal aplicável e dentro dos limites estabelecidos pelo Senado da República, inclusive para Antecipação de Receita Orçamentária.

Art. 120. A autorização para celebração operação de crédito será feita por meio de lei específica, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000 e regulamentação pertinente.

§ 1º Poderá constar da Lei Orçamentária de 2023 estimativa de receitas e dotações para investimentos tendo como fontes de financiamento operações de crédito.

§ 2º Só poderão ser realizadas despesas com fonte de recursos de operações de crédito quando a operação for realizada e os recursos ingressarem na receita.

§ 3º A lei que autorizar operação de crédito poderá reestimar a receita de operações de crédito constantes da Lei orçamentária para compatibilizar com o valor da operação e



autorizar abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente em 2023, para investimentos.

Art. 121. É vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, ou legislação federal específica.

### **Seção III Dos Restos a Pagar**

Art. 122. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - anular os empenhos inscritos em restos a pagar que atingirem o prazo de prescrição de 5 (cinco) anos, estabelecido no Decreto nº 20.910 de 6 de janeiro de 1932;

II - anular os empenhos inscritos como restos a pagar não processados, cujos credores não conseguirem comprovar a efetiva realização dos serviços, obras ou fornecimentos e não for possível formalizar a liquidação;

III - anular os empenhos inscritos em restos a pagar, feitos por estimativa, cujos saldos não tenham sido anulados nos respectivos exercícios;

IV - anular empenhos cuja despesa originária resulte de compromisso que tenha sido transformado em dívida fundada;

V - anular empenhos inscritos em restos a pagar em favor de concessionárias de serviços públicos e entidades previdenciárias, onde as obrigações tenham sido transformadas em confissão de dívida de longo prazo;

VI - cancelar valores registrados como restos a pagar por montante, vindos de exercícios anteriores, que não tenham sido correspondidos com os empenhos respectivos, impossibilitando a individualização dos credores e a comprovação de sua regular liquidação.

Art. 123. Os empenhos não processados até 31 de dezembro de 2023, sem disponibilidade de caixa para seus pagamentos deverão ser anulados.

### **Seção IV Da Amortização e do Serviço da Dívida Consolidada**

Art.124. O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Pública, inclusive decorrente de assunção de débitos previdenciários, para efeito de controle e acompanhamento.

§ 1º Serão consignadas no orçamento dotações para o custeio do serviço da dívida, compreendendo juros, atualizações e amortizações da dívida consolidada.



§ 2º Na proposta orçamentária deverá ser considerada a geração de superávit primário para o pagamento dos encargos e da amortização de parcelas das dívidas, inclusive com órgãos previdenciários, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º O Poder Executivo, periodicamente, deverá dirigir-se formalmente aos órgãos, entidades, instituições financeiras, Receita Federal e concessionárias de serviço público para conferir a exatidão do montante da dívida pública do Município com essas entidades.

## CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS Seção Única Das Disposições Finais e Transitórias

Art.125. Caso o Projeto da Lei Orçamentária para 2023, apresentado ao Poder Legislativo até 5 (cinco) de outubro de 2022, não for sancionado até 31 de dezembro de 2022, a programação nele constante poderá ser executada em 2023, até a publicação da Lei Orçamentária, para o atendimento de:

- I - despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais do Município;
- II - ações de enfrentamento, prevenção a desastres, catástrofes e situações de emergência e/ou calamidade pública
- III - ações em andamento;
- IV - obras em andamento;
- V - manutenção dos órgãos, entidades e unidades administrativas para propiciar o seu regular funcionamento e a prestação dos serviços públicos à população;
- VI - execução dos programas relacionados com a execução das políticas públicas, despesas obrigatórias continuadas e outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º Para as demais despesas não elencadas no caput deste artigo, fica autorizada a execução de 1/12 (um, doze avos) da dotação respectiva.

§ 2º Será considerada antecipação de crédito a conta da Lei Orçamentária Anual de 2023 a utilização dos recursos autorizados neste artigo.

§ 3º Os saldos negativos eventualmente apurados até a data de publicação da respectiva lei orçamentária serão ajustados, considerando-se a execução prevista neste artigo, por Decreto do Poder Executivo, após a sanção da lei orçamentária de 2023, por intermédio da abertura de créditos adicionais.

Art. 126. No processo de elaboração em 2022, do projeto de revisão da parcela do Plano Plurianual 2022/2025, para execução em 2023, deverão ser observados a continuidade dos programas de duração continuada vinculados às políticas públicas em execução, a



atualização dos planos setoriais existentes e poderão ser seguidas as estimativas de receitas previstas no Anexo de Metas Fiscais, conceitos e definições constantes desta Lei.

Art. 127. O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei que modifiquem disposições desta Lei, respeitadas as normas legais vigentes.

Art. 128. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 29 de julho de 2022.

Cláudio José Gomes de Amorim Júnior  
Prefeito



## ANEXO I

### PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

---

MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL  
EXERCÍCIO DE 2023

### PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL



## **PREÂMBULO:**

A administração municipal de São Benedito do Sul durante o processo de construção da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023, terá como prioridade o atendimento das despesas obrigatórias e legais, as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, bem como as ações mitigadoras dos efeitos da COVID-19. Além destas, a seguir, serão destacadas as demais ações prioritárias, baseadas no Plano de Governo do Prefeito durante a campanha eleitoral, e ouvida a população.

As ações foram adaptadas aos dezessete objetivos globais de desenvolvimento sustentável aprovado pela cúpula das Nações Unidas com o propósito de reduzir a pobreza até o ano de 2030 e promover universalmente a prosperidade econômica, o desenvolvimento social e a proteção ambiental.

## **I – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)**

### **ODS 1: Erradicação da pobreza**

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

### **ODS 2: Fome zero e agricultura sustentável**

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

### **ODS 3: Saúde e bem-estar**

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

### **ODS 4: Educação de qualidade**

Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

### **ODS 5: Igualdade de gênero**

Alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

### **ODS 6: Água potável e saneamento**

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

### **ODS 7: Energia limpa e acessível**

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos

### **ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico**

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos

### **ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura**

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

### **ODS 10: Redução das desigualdades**

Reducir a desigualdade entre os países e dentro deles

ch



## **ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis**

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

## **ODS 12: Consumo e produção responsáveis**

Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis

## **ODS 13: Ação contra a mudança global do clima**

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

## **ODS 14: Vida na água**

Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

## **ODS 15: Vida terrestre**

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e estancar a perda de biodiversidade

## **ODS 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes**

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os sentidos

## **ODS 17: Parcerias e meios de implementação**

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

ch

## ANEXO I – PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

### EDUCAÇÃO

**ODS 4: Educação de qualidade**

**ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura**

**ODS 10: Redução das desigualdades**

**ODS 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes**

**ODS 17: Parcerias e meios de implementação**

- Apoiar a publicação de livros de professores e estudantes;
- Criar Centros de Educação Infantil;
- Aquisição de veículos escolares (ônibus) para renovação da frota própria;
- Fornecer merenda escolar através da agricultura familiar;
- Promover e desenvolver projetos pedagógicos multidisciplinares;
- Manter programas educacionais;
- Aquisição de veículos para Secretaria Municipal de Educação;
- Implantar programas de período integral nas escolas;
- Construção de creches padrão FNDE;
- Criar bibliotecas escolares;
- Apoiar ações do Conselho Municipal de Educação;
- Construção da sede própria da Secretaria Municipal de Educação;
- Adquirir kits de uniforme escolar;
- Distribuir material didático escolar aos alunos da rede municipal;
- Manter e apoiar o PROERD;
- Adquirir lousas interativas para as escolas municipais;
- Implantar programa de transporte de alunos para o NAPS (Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Social);
- Adquirir equipamentos de informática;
- Contratação de psicólogos(as) para atender nas escolas;
- Capacitar professores e profissionais da educação;
- Reformular/rever plano de carreira do magistério;
- Universalização da Educação Básica e Valorização dos Profissionais do Magistério;
- Desenvolvimento da Educação Infantil (Manutenção de creches e cobertura das áreas de lazer);
- Reforma e ampliação de escolas municipais;
- Construção de escola Tipo B;
- Atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola;
- Brincando e Aprendendo na Creche Suerda Cavalcante de Melo e Vera Dantas da Silveira Barros através da implantação de Biblioteca Infantil e Brinquedoteca;
- Oferecer ensino fundamental de qualidade, promovendo a aprendizagem dos alunos e prática pedagógica do professor;
- Oferecer formação continuada aos profissionais da educação da rede municipal com foco em técnicas modernas de ensino;
- Reequipamento didático e pedagógico;
- Educação de Jovens e Adultos;
- Promover o Transporte Escolar para os alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Superior, além das atividades curriculares;
- Apoiar e descentralizar a gestão financeira de recursos para agilizar as ações educacionais e reduzir os custos das Unidades Executoras do PDDE;
- Aperfeiçoamento e modernização do sistema de ensino;
- Apoio ao esporte enquanto elemento educacional;
- Inclusão dos jovens na sociedade, Jovem Aprendiz (estágios);



- Construção de refeitório nas escolas Cláudio José Gomes de Amorim, Heliodoro Pereira de Andrade, Dr. José de Abreu e Lindovaldo Pereira de Andrade;
- Construção de auditório nas escolas Cláudio José Gomes de Amorim e Heliodoro Pereira de Andrade, Dr. José de Abreu e Lindovaldo Pereira de Andrade;
- Estruturação de uma sala de mídia nas escolas municipais Cláudio José Gomes de Amorim e Heliodoro Pereira de Andrade, Dr. José de Abreu e Lindovaldo Pereira de Andrade;
- Vivenciar projetos interdisciplinares a exemplo da Educação Ambiental;
- Aquisição de parquinhos para creches e escolas rurais que atendem a educação infantil;
- Implantação de laboratórios de informática nas escolas Cláudio José Gomes de Amorim e Heliodoro Pereira de Andrade, Dr. José de Abreu e Lindovaldo Pereira de Andrade;
- Aquisição de máquina de Xerox para as escolas Cláudio José Gomes de Amorim e Heliodoro Pereira de Andrade, Dr. José de Abreu, Lindovaldo Pereira de Andrade e Espaço Infantil José Sandro e Suerda Cavalcante;
- Implantação do diário eletrônico e informatização das secretarias de escolas.

---

## SAÚDE

---

**ODS 3: Saúde e bem-estar**

**ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura**

**ODS 17: Parcerias e meios de implementação**

- Ampliação de Equipes de Saúde da Família - ESF;
- Ampliação de Equipes de Saúde Bucal-ESB;
- Ampliação de Número de Agentes Comunitários de Saúde - ACS;
- Aquisição de veículos para a Atenção Primária a Saúde;
- Aquisição de equipamentos para a Atenção Primária a Saúde;
- Aquisição de veículos para a Vigilância em Saúde;
- Aquisição de equipamentos para a Vigilância em Saúde;
- Aquisição de equipamentos de informática;
- Informatização das Equipes de Saúde da Família (ESF), com o Prontuário Eletrônico do Cidadão - PEC;
- Treinamento e capacitação de recursos humanos;
- Construção, reforma e ampliação das Unidades Básicas de Saúde;
- Manutenção das ações do Programa Saúde na Escola - PSE;
- Cobertura vacinal preconizada de acordo com calendário vacinal do MS;
- Assistência ambulatorial, emergencial e hospitalar;
- Prevenção e controle de doenças;
- Assistência Farmacêutica;
- Vigilância Sanitária de produtos e serviços;
- Vigilância Epidemiológica;
- Vigilância Ambiental;
- Vigilância Alimentar e Nutricional;
- Manutenção do Serviço Móvel de Urgência - SAMU;
- Ações de Controle Social;
- Gestão Administrativa do SUS;
- Manutenção das ações de enfrentamento a COVID-19;
- Reforma e ampliação da Unidade Hospitalar Municipal;
- Manutenção do Serviço de Tratamento Fora do Domicílio - TFD.

dh

---

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

---

**ODS 1: Erradicação da pobreza**

**ODS 2: Fome zero e agricultura sustentável**

**ODS 3: Saúde e bem-estar**

**ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura**

**ODS 10: Redução das desigualdades**

**ODS 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes**

**ODS 17: Parcerias e meios de implementação**

### Atenção Integral à Família

- Ampliar o campo de atendimento do CRAS;
- Realizar estudo técnico de identificação dos territórios mais vulneráveis;
- Ampliar ofertas de cursos de geração de renda, obedecendo a demanda e interesse dos usuários;
- Estruturar e fortalecer o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiências e Idosas;
- Capacitar a equipe técnica selecionada;
- Promover campanhas educativas sobre os direitos da pessoa com deficiência e idosa.

### Atenção Especializada à Família

- Prevenir casos de violação de direitos de crianças, adolescentes, mulheres e idosos;
- Realizar campanhas educativas e publicitárias, anuais, na temática da violação de direitos;
- Contribuir para o fortalecimento da família e sua função protetiva;
- Realizar palestras nas escolas, em grupos familiares para seu fortalecimento;
- Realizar visitas domiciliares de acordo com as normas.

### Bolsa Família – IGD

- Fortalecer o acompanhamento das condicionalidades do PBF;
- Ofertar capacitação aos profissionais de referência, para o acompanhamento das condicionalidades do PBF;
- Realizar ações de acompanhamento das condicionalidades;
- Orientar o usuário para requerimento do PBF;
- Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade, na promoção da sua própria sustentação;
- Garantir visitas domiciliares para inclusão e busca ativa, conforme orientação do MDS;
- Manter parceria com a Secretaria de Saúde e Educação, nas ações de divulgação e condicionalidades;
- Realizar cursos profissionalizantes para famílias do PBF;
- Ofertar cursos profissionalizantes e oficineiros para as famílias em situação de vulnerabilidade, cadastradas no CADÚNICO;

### Atenção à Pessoa Idosa

- Garantir a Atenção Integral à Pessoa Idosa;
- Promover acolhida à Pessoa Idosa, ofertando diversas atividades que ajudem a ter envelhecimento saudável.

### Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

- Qualificar a equipe e prestação de serviços do S.C.F.V;



- Ofertar capacitação para toda Equipe do Serviço;
- Manter e garantir o Serviço continuado conforme Tipificação e orientação do S.C.F.V;
- Garantir a infraestrutura funcional com espaços, materiais e equipamentos adequados para o S.C.F.V;
- Estruturar o S.C.F.V com materiais para apoio às atividades do Serviço;
- Rever os espaços físicos para melhor execução das atividades do S.C.F.V.

### **Benefícios Eventuais**

- Ampliar o alcance dos direitos ofertados ao Usuário na prestação do benefício Eventual, conforme Lei Federal;
- Revisar o Decreto Municipal que regulamenta a oferta do Benefício Eventual, ampliando os direitos concedidos ao Usuário;
- Garantir o atendimento emergencial com materiais específicos para situação do momento, as famílias em situação de vulnerabilidade;
- Auxílio moradia, alimentação, distribuição de cestas básicas, enxoval para gestantes, auxílio funeral, colchão, cobertor.

### **Realização de palestras, oficinas, seminários, capacitação e conferências municipais**

- Qualificar a Equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social, dos Programas e Projetos para o desempenho das funções;
- Ofertar à Equipe cursos de capacitação nas áreas, oficinas, seminários e conferências municipais.

### **Elaboração e execução de projetos técnicos sociais**

- Garantir efetivação dos projetos propostos;
- Elaborar projetos técnicos sociais nas áreas de interesse dos/as; entre suas necessidades.

### **Controle social, capacitação e oficinas para os Conselheiros Municipais**

- Assessorar o CMAS nas Conferências de Assistência Social;
- Planejar, orientar e acompanhar o processo de preparação e realização das Conferências de Assistência Social;
- Garantir aos Conselheiros qualificação na área do controle social;
- Ofertar capacitação e oficinas aos conselheiros municipais.

### **Construção de Centro de Referência CRAS e CREAS**

- Adquirir unidades próprias de Serviços da SMAS (CRAS e CREAS);
- Construir por meio de Emenda Parlamentar ou Proposta Voluntária;
- Uma unidade de Serviço da Proteção Básica (CRAS);
- Uma unidade de serviço da área de Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS).

### **COVID-19**

- Execução de ações Socioassistenciais – COVID-19.



---

## MELHOR IDADE

---

### ODS 3: Saúde e bem-estar

- Continuar promovendo atividades físicas, esportivas e culturais visando a melhoria da qualidade de vida na melhor idade;
- Fortalecer o Programa Idoso Turista, onde será oferecido atividades de lazer e turismo;
- Continuar apoiando as ações de Convivência para a Melhor Idade.

---

## AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

---

### ODS 1: Erradicação da pobreza

### ODS 2: Fome zero e agricultura sustentável

### ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico

### ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura

### ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis

### ODS 13: Ação contra a mudança global do clima

### ODS 12: Consumo e produção responsáveis

### ODS 14: Vida na água

### ODS 15: Vida terrestre

### ODS 17: Parcerias e meios de implementação

- Ter como referência produtiva municipal a AGROECOLOGIA;
- Apoiar a agricultura familiar através de ações e de proposição de políticas públicas municipais;
- Promover e regular a partir das reais possibilidades municipal, o abastecimento interno de produtos primários e melhorar a infraestrutura já existente de comercialização;
- Estimular a produção rural diversificada, apoiando as famílias campesinas por meio de sistemas de trocas e repasses de sementes, mudas, propágulos, alevinos e pequenos animais com uma política de retorno para a manutenção do estoque para atendimento a outras famílias. (Banco de sementes, mudas e demais);
- Apresentar alternativas de biodiversificação de cultivos e animais para aumentar a autossuficiência da cadeia agroalimentar, melhorando a economia local;
- Promover a sanidade dos rebanhos através de campanhas de vacinação e outras formas;
- Apoiar as estratégias de vigilância e controle sanitário;
- Criar espaço físico para venda e troca de animais seguindo as normas de vigilância no controle de doenças;
- Criar proposta de operacionalização de agricultura urbana com montagens de quintais produtivos diversificados nas residências e espaços públicos ociosos;
- Divulgar, estimular e apoiar implantação de SISTEMAS AGROFLORESTAIS;
- Implantar como uma estratégia de ATER o MUTIRÃO MULTIDISCIPLINAR para melhorar as atividades produtivas e de infraestrutura das comunidades rurais;
- Ter uma equipe de agentes da AGROECOLOGIA para uma prática sistemática de ATER;
- Identificar, e apoiar PROPRIEDADES DE REFERÊNCIAS em organização e diversidade produtiva em cada comunidade rural;
- Proteger e revitalizar nascentes de água no município;
- Estimular o reflorestamento operacional;
- Estimular a implantação de técnicas alternativas que promovam asseguranças (hídrica, alimentar, energética, em nutrientes e habitacional) nas propriedades rurais;
- Propor a inclusão de uma disciplina curricular nas ESCOLAS CAMPO de PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS;
- Apoiar em ações que promovam a comunicação via internet nas áreas rurais do município;



- Promover ações de renovação, adequação e manutenção de estradas vicinais no meio rural através de microbacias de captação de água;
- Estimular políticas públicas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE);
- Implantar tecnologias de manejo e conservação e recuperação de solos;
- Estimular e apoiar formação técnica em AGROECOLOGIA para agricultores familiares;
- Estimular práticas de melhoramento genético e divulgação e práticas de inseminação artificial;
- Estimular a montagem de uma pequena unidade de triagem e de reciclagem de resíduos sólidos;
- Apoiar a criação de unidade de conservação (RPPNs);
- Criar políticas públicas de pagamento por serviços ambientais prestados ao município;
- Estimular criação de entidade que disponibilizem microcrédito e ou fundos rotativos que estimulem o avanço da agroecologia nas comunidades rurais e urbanas;
- Estabelecer parcerias, contrato ou convênio técnico/financeiro com o estado, união e outras entendidas e instituições afins, para o desenvolvimento e operacionalização de todos os itens listados ou elencados neste documento;
- Ações de Preservação e Conservação Ambiental;
- Implantação e manutenção de sistema de coleta seletiva;
- Controle de Resíduos Sólidos.

---

## TURISMO

---

**ODS 3: Saúde e bem-estar**

**ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura**

- Promoção ao Turismo;
- Promoção e fortalecimento do Turismo Rural;
- Implantação do Centro de Recepção Turística;
- Realização de parcerias com entidades públicas e privadas para promoção do Turismo;
- Sinalização dos Pontos Turísticos;
- Promoção de Eventos Culturais;
- Cursos profissionalizantes para o Trade Turístico.

---

## ESPORTE E LAZER

---

**ODS 3: Saúde e bem-estar**

**ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura**

- Construção de pista de atletismo;
- Construção de quadra de esportes no Distrito de Igarapeba;
- Construção da academia das cidades no Distrito de Igarapeba;
- Realizar campeonato municipal de futebol, nas modalidades futsal e futebol de campo;
- Criar escolinhas de futebol, futsal e vôlei;
- Criar o torneio municipal de atletismo;
- Promover corridas de atletismo;
- Reforma e melhoria em campos de futebol, quadras poliesportivas e academia da cidade;
- Realização de campeonatos municipais de futebol, futsal, voleibol e dominó e dos torneios da Independência e de sinuca;
- Realização de passeio ciclístico;
- Participação em campeonatos Intermunicipais e regionais;
- Incentivo ao esporte e lazer;
- Construção de quadra poliesportiva;
- Manutenção da academia da cidade.

---

## SEGURANÇA

---

**ODS 3: Saúde e bem-estar**

**ODS 10: Redução das desigualdades**

**ODS 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes**

**ODS 17: Parcerias e meios de implementação**

- Implantação da Guarda Municipal Motorizada em São Benedito e Igarapeba;
- Ampliação do Sistema de vídeo monitoramento (câmeras de segurança) em São Benedito e Igarapeba;
- Criação do Conselho Municipal de Segurança;
- Realização de campanha de orientação antidrogas e diversos tipos de violência;
- Implantar posto da guarda municipal;
- Ampliar parceria com Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco em relação ao banco de horas de policiais militar e civil;
- Atuar de forma integrada com o Conselho Tutelar, resguardando as competências legais do órgão.

---

## ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

---

**ODS 4: Educação de qualidade**

**ODS 10: Redução das desigualdades**

**ODS 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes**

**ODS 17: Parcerias e meios de implementação**

- Gestão Administrativa do Município;
- Divulgação e Comunicação Institucional;
- Capacitação e treinamento de recursos humanos;
- Aperfeiçoamento e modernização da administração municipal;
- Ações de modernização administrativa através de processos eletrônicos (digitais);
- Cooperação técnica e financeira com outros entes federados;
- Apoio aos conselhos e relações com a sociedade civil;
- Consórcio com outros municípios;
- Ampliação e preservação do patrimônio;
- Gestão do patrimônio municipal;
- Manutenção do Controle Interno;
- Implantação de Programas de Formação, Qualificação e Incentivo à produtividade dos servidores públicos municipais.

---

## JUVENTUDE

---

**ODS 1: Erradicação da pobreza**

**ODS 4: Educação de qualidade**

**ODS 5: Igualdade de gênero**

**ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura**

**ODS 10: Redução das desigualdades**

- Permanecer em parceria com o SEBRAE, SESC e SENAI para a promoção de novos cursos profissionalizantes;
- Criar o Conselho Municipal da Juventude;
- Criar o Plano Municipal da Juventude;
- Participar das ações do Projeto "Sábado Cultural", em parceria com a Secretaria de Cultura;
- Criar o Programa Municipal de incentivo ao Primeiro Emprego;

ch



- Continuar apoiando os jovens empreendedores individuais.

---

## INFRAESTRUTURA

---

**ODS 1: Erradicação da pobreza**

**ODS 3: Saúde e bem-estar**

**ODS 6: Água potável e saneamento**

**ODS 7: Energia limpa e acessível**

**ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura**

**ODS 10: Redução das desigualdades**

**ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis**

**ODS 12: Consumo e produção responsáveis**

- Manutenção e modernização dos serviços públicos;
- Infraestrutura Urbana – Pavimentação e Asfalto;
- Construção e reforma de praças;
- Acessibilidade aos portadores de deficiência física a prédios públicos e locais de grande circulação;
- Melhorar as condições habitacionais da população carente;
- Oferecer à população carente meios de construir seu próprio lar;
- Saneamento Rural Simplificado;
- Saneamento Urbano;
- Ampliação dos Recursos Hídricos;
- Abastecimento de Água Emergencial;
- Eletrificação Rural e Iluminação Pública;
- Melhorar as condições de infraestrutura na área de transporte no Município;
- Revitalizar as estradas vicinais;
- Melhorar as condições das estradas do município.

---

## CULTURA

---

**ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico**

**ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura**

- Realização de Festividades: Festa de São Sebastião, Festividades Cívicas, Festival de Cultura, Festa de Santo Reis, Carnaval, Ressaca de Carnaval, Festejos Juninos, Festa de Santa Luzia, Festividades de Emancipação Política, Caravana Cultural, Réveillon, Sábado Cultural, Festival das Águas, Live Cultural, Paixão de Cristo, Feiras Culturais etc.;
- Apoio aos Segmentos Culturais;
- Ampliação do espaço de Apoio a Cultura;
- Incentivos a feiras culturais e de negócios;
- Implantação de um Centro de Vendas para o artesanato local;
- Recuperação da Estação Ferroviária de Igarapeba e Cidade Baixa;
- Implantação do Museu virtual Local;
- Revitalização de Patrimônio Artístico, Histórico e Arqueológico;
- Ações para reduzir impactos negativos no setor cultural por causa do CORONAVÍRUS.

---

## APOIO ÀS MULHERES

---

**ODS 5: Igualdade de gênero**

**ODS 10: Redução das desigualdades**

ch



- Fortalecimento das políticas públicas direcionadas à mulher.

---

## CIÊNCIA, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

---

**ODS 4: Educação de qualidade**

**ODS 10: Redução das desigualdades**

- Promover o acesso às tecnologias de informação e comunicação e ao acervo de informações e de conhecimentos, contribuindo para a inclusão social dos cidadãos;
- Oferecer oportunidades de inclusão digital as escolas públicas, as comunidades e pequenos empreendedores por meio de capacitação e treinamento nas modernas ferramentas da tecnologia da informação e comunicação, em especial a Internet;
- Apoiar o ensino básico profissionalizante para a popularização científica e tecnológica, funcionando como um centro irradiador de conhecimento, voltado para capacitação da mão de obra qualificada, observando-se, sobretudo, a vocação e necessidade da população;
- Ampliar o sistema de telefonia;
- Modernizar a infraestrutura do serviço de internet e televisão oferecidos na cidade, aumentando a velocidade e capacidade de transmissão de dados e melhorando a tecnologia usada na prestação deste serviço.

---

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

---

**ODS 1: Erradicação da pobreza**

**ODS 4: Educação de qualidade**

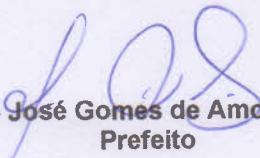
**ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico**

**ODS 10: Redução das desigualdades**

**ODS 12: Consumo e produção responsáveis**

- Apoio ao pequeno empreendedor;
- Modernização de feiras livres;
- Padronizar as barracas dos comerciantes permanentes e feirantes;
- Programas de Geração de Renda;
- Realização de Cursos Profissionalizantes.

São Benedito do Sul, 29 de julho de 2022

  
Cláudio José Gomes de Amorim Júnior  
Prefeito



## ANEXO II

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

---

MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL  
EXERCÍCIO DE 2023

ANEXO DE METAS FISCAIS



## ANEXO II - METAS FISCAIS

### DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS/2023

#### APRESENTAÇÃO:

O presente Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município São Benedito do Sul, para o exercício de 2023, é um conjunto de demonstrativos estabelecidos pelo art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Foi elaborado de conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais 13ª edição, aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional pela Portaria STN nº 1.447, de 14 de julho de 2022, com a finalidade de estabelecer as metas fiscais anuais, em valores constantes e correntes, relativas às receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e o montante da dívida para o exercício a que se refere (2023) e para os dois seguintes (2024 e 2025), bem como a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior (2021) e evolução do patrimônio líquido do Município.

Integram o presente Anexo de Metas Fiscais os demonstrativos abaixo especificados, metodologia e memória de cálculos:

I - Demonstrativo 1 – Metas Anuais de:

- a) Receitas Primárias;
- b) Despesas Primárias;
- c) Resultado Nominal;
- d) Resultado Primário;
- e) Montante da Dívida.

II – Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior;

III – Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três exercícios anteriores;

IV - Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;

V – Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos;

VI – Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores.

VII – Demonstrativo 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII – Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

ch



**Tabela 1– Metas Anuais**

**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS**

**METAS ANUAIS**

ESPECIFICAÇÃO	2023						2024						2025	
	Valor Corrente (a)	Valor Constante Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100		
Receita Total	61.080	58.166	0,03	143,40	64.125	59.144	0,03	150,85	67.275	60.242	0,03	158,57		
Receitas Primárias (I)	56.331	53.643	0,02	132,25	59.131	54.537	0,02	139,10	62.038	55.552	0,02	146,23		
Receitas Primárias Correntes	55.331	52.691	0,02	129,90	58.131	53.615	0,02	136,75	61.038	54.657	0,02	143,87		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	1.301	1.239	0,00	3,05	1.366	1.260	0,00	3,21	1.435	1.285	0,00	3,38		
Contribuições	2.113	2.012	0,00	4,96	2.220	2.048	0,00	5,22	2.331	2.087	0,00	5,49		
Transferências Correntes	50.957	48.526	0,02	119,64	53.536	49.377	0,02	125,94	56.213	50.336	0,02	132,50		
Demais Receitas Primárias Correntes	960	914	0,00	2,35	1.008	930	0,00	2,37	1.059	949	0,00	2,50		
Receitas Plimárias de Capital	1.000	952	0,00	2,35	1.000	922	0,00	2,35	1.000	895	0,00	2,36		
Despesa Total	61.080	58.166	0,03	143,40	64.125	59.143	0,03	150,85	67.275	60.242	0,03	158,57		
Despesas Primárias (II)	54.401	51.806	0,02	127,72	57.209	52.765	0,02	134,58	60.125	53.839	0,02	141,72		
Despesas Primárias Correntes	52.787	50.268	0,02	123,93	54.528	50.292	0,02	128,27	56.615	50.696	0,02	133,44		
Pessoal e Encargos Sociais	35.985	34.268	0,02	84,98	37.180	34.282	0,02	87,46	38.321	34.314	0,02	90,32		
Outras Despesas Correntes	16.802	16.000	0,01	39,45	17.348	16.000	0,01	40,81	18.294	16.382	0,01	43,12		
Despesas Primárias de Capital	5.323	5.069	0,00	12,50	6.479	5.975	0,00	15,24	7.390	6.618	0,00	17,42		
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	649	618	0,00	1,52	671	619	0,00	1,58	691	619	0,00	1,63		
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.930	1.838	0,00	4,53	1.922	1.772	0,00	4,52	1.913	1.713	0,00	4,51		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	2.036	1.939	0,00	4,78	2.139	1.973	0,00	5,03	2.246	2.011	0,00	5,29		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	55	53	0,00	0,13	60	55	0,00	0,14	64	57	0,00	0,15		
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	3.910	3.724	0,00	9,18	4.001	3.690	0,00	9,41	4.094	3.666	0,00	9,65		
Dívida Pública Consolidada	5.313	5.060	0,00	12,47	4.825	4.450	0,00	11,35	4.383	3.925	0,00	10,33		
Dívida Consolidada Líquida	5.311	5.057	0,00	12,47	4.820	4.445	0,00	11,34	4.353	3.898	0,00	10,26		
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	0	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0,00		
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	0	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0,00		
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	0	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0,00		

**Fonte:** Secretaria Municipal de Finanças.

**PIB - Produto Interno Bruto.**

Notas Explicativas:

1 - No exercício financeiro de 2020 o valor do PIB de Pernambuco foi de R\$ 204,5 bilhões em valores correntes, decréscimo de -1,4% em relação ao ano anterior. Fonte: CONDEPE - FIDEM, publicado no site [www.condepefidem.pe.gov.br](http://www.condepefidem.pe.gov.br) e IBGE.2 - O valor do PIB de Pernambuco de 2021 foi de R\$ 233,4 bilhões em valores correntes e apresentou crescimento de 4,2% em relação ao ano anterior. Fonte: CONDEPE - FIDEM, publicado em 07/03/2022 no site [www.condepefidem.pe.gov.br](http://www.condepefidem.pe.gov.br).

3 - Considerando à inexatidão de projeções oficiais do Estado de Pernambuco para os exercícios de 2022, 2023, 2024 e 2025, os valores projetados para os períodos em tela, foram baseados no valor do PIB Estadual do exercício de 2021, adicionadas a previsão da taxa de crescimento do PIB Nacional, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Ano	Taxa de Crescimento do PIB %	Valor em Milhares (R\$)
2020	-1,40%	204.500.000
2021	4,20%	233.400.000
2022	2,00%	238.068.000
2023	0,50%	239.258.340
2024	1,81%	243.568.916
2025	2,00%	248.460.694

Fonte: Agência CONDEPEFIDEIM (Publicado em 07/03/2022)

IBGE

**Fator de Crescimento Real do PIB Nacional.**

Notas Explicativas:

4 - O referido Fator é obtido a partir da média geométrica das taxas de crescimento real do PIB nacional nos últimos oito anos, conforme art. 7º da Portaria STN nº 9, de 5 de janeiro de 2017.

5 - A partir de abril de 2022, considerando revisões pelo IBGE e a publicação do PIB de 2021, o Fator de Atualização a ser utilizado é de -0,197643001%, calculado conforme tabela abaixo:

Fator de Crescimento Real do PIB Nacional							
Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Crescimento do PIB	1,00503955754	0,96454236594	0,96724083098	1,01322869055	1,01783666755	1,01220777831	0,96121323666
Média Geométrica							0,99802356999
RCL Projetada							

Fonte: IBGE, abril de 2022

**Receita Corrente Líquida:**

Notas Explicativas:

6 - A Receita Corrente Líquida (RCL) é projetada mediante a aplicação de Fator de Atualização sobre a receita corrente líquida do período de 12 (doze) meses findos no mês de referência (§ 6º do art. 7º da RSF nº 43/2001). Para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, o Fator de Atualização utilizado é de -0,197643001%.

RCL Projetada	Variável	2023	2024	2025
Receita Corrente Líquida - RCL		42.594	42.510	42.426

**Metodologia de Cálculo**RCL\_Projetada =  $(RCL_{anoX} * 0,99802356999)$ Sendo,  $RCL_{anoX} = [Receitas\ Correntes - (Contrib.\ do\ Servidor\ para\ o\ Plano\ de\ Previdência + Compensação\ Financ.\ entre\ Regimes\ Previdênciácia + Dedução\ de\ Recursos\ para\ Formação\ do\ FUNDEB + Rendimentos\ de\ Aplicações\ de\ Recursos\ Previdenciários)]$

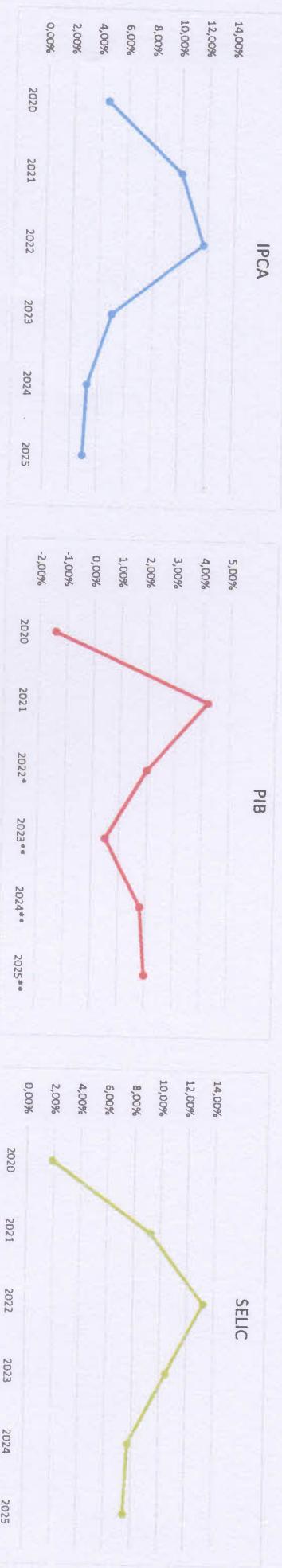
O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2023	2024	2025
PIB estimado (crescimento % anual)	0,50%	1,81%	2,00%
Inflação Média (% anual) projetada com base no índice IPCA	5,01%	3,25%	3,00%

#### Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

	2023	2024	2025
Valor Corrente /	1,0501	1,0842	1,1168

#### Séries históricas dos indicadores IPCA, PIB e SELIC



Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM/PIB PE (2020 a 2021), IBGE - BACEN (PIB NACIONAL, 1º trimestre de 2022), Relatório FOCUS publicado em 01 de julho de 2022 para 2023.

\*\* PIB de Pernambuco real de 2020 a 2021, estimado de 2023, 2025 pelas estimativas de crescimento do PIB Nacional conforme Manual de Demonstrativos Fiscais 13ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 1.447 de 14 de junho de 2022.

sf



MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL - PE

**I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as receitas do Município**

**TOTAL DAS RECEITAS**

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Realizado 2020	Realizado 2021	Reestimado 2022
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>36.035</b>	<b>39.804</b>	<b>54.371</b>
Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	666	908	1.233
IPTU	58	62	100
ISQN	189	185	300
Receita da Dívida Ativa	22	23	50
Demais Receitas	397	638	783
Receitas de Contribuições	1.802	1.761	2.003
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	178	195	221
Demais Receitas	1.624	1.566	1.782
Receita Patrimonial	1.254	718	1.930
Aplicações Financeiras	1.254	718	1.930
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Transferências Correntes	32.018	36.375	48.296
Cota-Parte do FPM	14.603	19.606	26.000
Cota-Parte do ITR	20	14	15
Cota-Parte do FEP	235	379	555
Transf. de Recursos do SUS - FMS	3.513	3.168	3.943
FUNDEB	7.349	9.007	14.289
Cota-Parte do ICMS	3.716	4.508	5.100
Cota-Parte do IPVA	178	211	420
Cota-Parte do IPI	12	17	20
Cota-Parte do CIDE	14	9	20
(-) Deduções para Formação do FUNDEB	(3.706)	(4.870)	(5.861)
Outras Transferências Correntes	6.084	4.326	3.794
Outras Receitas Correntes	295	42	910
<b>RECEITA DE CAPITAL (II)</b>	<b>397</b>	<b>376</b>	<b>521</b>
Operações de Créditos	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	11
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	397	376	510
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (III)</b>	<b>1.713</b>	<b>2.249</b>	<b>2.558</b>
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL (IV)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RECEITA TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>	<b>38.145</b>	<b>42.429</b>	<b>57.450</b>

Notas Explicativas:

1 - Os valores arrecadados nos exercícios de 2020 e 2021, compõem a série histórica de arrecadação utilizada nas projeções de receitas para os anos seguintes.

2 - Durante o processo de elaboração desta Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, apesar da crise econômica derivada da crise sanitária do novo coronavírus e suas necessárias medidas de isolamento social, a recuperação econômica, após a flexibilização, associada às receitas extraordinárias repassadas pelo Governo Federal no decorrer de 2020 e 2021, mitigaram os efeitos da pandemia na arrecadação dos estados e municípios e, consequentemente, as projeções de receita de 2022 e dos próximos anos. Ademais, os impactos inflacionários decorrente das escaladas dos preços refletiram diretamente nas receitas públicas, interferindo positivamente nas projeções da receita para os exercícios de 2023, 2024 e 2025. Por este motivo, a projeção de arrecadação do ano de 2022, foi reestimada para ajustar-se ao novo cenário econômico, com os reflexos diretos nas projeções do exercício de 2023.

sd

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2023	2024	2025
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>57.367</b>	<b>60.270</b>	<b>63.284</b>
Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.301	1.366	1.435
IPTU	105	111	116
ISQN	316	332	349
Receita da Dívida Ativa	49	51	54
Demais Receitas	830	872	915
Receitas de Contribuições	2.113	2.220	2.331
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	233	245	257
Demais Receitas	1.709	1.975	2.074
Receita Patrimonial	2.036	2.139	2.246
Aplicações Financeiras	2.036	2.139	2.246
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Transferências Correntes	50.957	53.536	56.213
Cota-Parte do FPM	27.432	28.821	30.262
Cota-Parte do ITR	16	17	18
Cota-Parte do FEP	586	615	646
Transf. de Recursos do SUS - FMS	4.160	4.371	4.589
FUNDEB	15.076	15.839	16.631
Cota-Parte do ICMS	5.380	5.652	5.935
Cota-Parte do IPVA	450	472	496
Cota-Parte do IPI	20	21	22
Cota-Parte do CIDE	22	23	24
(-) Deduções para Formação do FUNDEB	(6.174)	(6.486)	(6.811)
Outras Transferências Correntes	3.989	4.190	4.400
Outras Receitas Correntes	960	1.008	1.059
<b>RECEITA DE CAPITAL (II)</b>	<b>1.050</b>	<b>1.058</b>	<b>1.054</b>
Operações de Créditos	-	-	-
Alienação de Bens	50	58	54
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	1.000	1.000	1.000
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (III)</b>	<b>2.663</b>	<b>2.798</b>	<b>2.938</b>
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL (IV)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RECEITA TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>	<b>61.080</b>	<b>64.125</b>	<b>67.275</b>

Notas Explicativas:

3 - Os parâmetros utilizados para se chegar aos valores projetados foram baseados na taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), na taxa de crescimento do PIB e nas ações econômico-financeiras e administrativas, que serão tomadas por este município, para obter uma melhoria na fiscalização e obtenção de recursos financeiros para os exercícios futuros. Assim, as projeções para 2022, 2023, 2024 e 2025 considerando-se a taxa de inflação do IPCA prevista respectivamente em 11,73%, 5,01%, 3,25% e 3,00%, bem como as previsões da taxa de crescimento do PIB para 2022, 2023, 2024 e 2025 com os respectivos percentuais de 2,00%, 0,50%, 1,81% e 2,00%, demonstram um cenário retomada da economia para os anos de 2022, 2023, 2024 e 2025.

Ressalta-se ainda, o efeito sobre as receitas decorrente da taxa real do PIB, que afeta diretamente na arrecadação dos tributos, isto é, a arrecadação municipal também deve sofrer leve alta em função da expectativa de crescimento do PIB. A tabela abaixo demonstra os efeitos das variações desses parâmetros nas receitas.

## I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

5 - As receitas orçamentárias para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, foram estimadas considerando-se o histórico da arrecadação, projeções de indicadores econômicos, a legislação pertinente e especificidades de cada uma das receitas.

Nas estimativas desta LDO foram utilizados os modelos sugeridos pelo Manual de Demonstrativos Fiscais 13ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 1.447 de 14 de junho de 2022. Basicamente dois modelos de projeções foram selecionados: Modelo Média (t-1) e Modelo Sazonal.

O primeiro modelo foi utilizado nas projeções de arrecadações que são praticamente constantes ao longo dos meses, cujo a série temporal baseia-se na média de arrecadação do ano anterior, refletindo o comportamento da receita para os anos seguintes.

Já o segundo modelo, foi utilizado nas receitas das quais a arrecadação não se distribui de forma uniforme ao longo do exercício. O modelo sazonal estima a receita aplicando os índices econômicos de forma mensal, evitando possíveis distorções causadas pela sazonalidade ou algum efeito da legislação, logo, o modelo leva em consideração a arrecadação mensal na projeção.

Receitas como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), são exemplos de receitas com séries históricas sazonais, influenciadas principalmente por suas legislações específicas que definem calendários de pagamentos em determinado período do ano.

As tabelas a seguir resumem as principais variações sobre as receitas estimadas na elaboração da LDO de 2023.

### Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	666	-
2021	908	36,34%
2022	1.233	35,76%
2023	1.301	5,51%
2024	1.366	5,06%
2025	1.435	5,00%

6 - O aumento previsto para a Receita Tributária provém da aplicação de uma política de intensificação da fiscalização na arrecadação dos tributos de competência municipal.

### Imposto sobre Propriedade Territorial Predial e Urbana – IPTU

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	58	-
2021	62	6,90%
2022	100	61,15%
2023	105	5,51%
2024	111	5,06%
2025	116	5,00%

### Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISQN

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	189	-
2021	185	-2,12%
2022	300	62,13%
2023	316	5,51%
2024	332	5,06%
2025	349	5,00%

dh

### Receita da Dívida Ativa

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	22	-
2021	23	4,55%
2022	50	118,1%
2023	49	-2,39%
2024	51	5,06%
2025	54	5,00%

7 - O Município prevê um aumento na Arrecadação da Dívida Ativa, no exercício de 2023 em diante, em torno de 35% sobre o saldo da Dívida Ativa que o Município tem a receber em 2022, aplicando uma política de intensificação da arrecadação dos tributos de competência municipal.

### Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	178	-
2021	195	9,55%
2022	221	13,33%
2023	233	5,51%
2024	245	5,06%
2025	257	5,00%

### Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	14.603	-
2021	19.606	34,26%
2022	26.000	32,61%
2023	27.432	5,51%
2024	28.821	5,06%
2025	30.262	5,00%

### Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	20	-
2021	14	-30,00%
2022	15	10,34%
2023	16	5,51%
2024	17	5,06%
2025	18	5,00%

### Fundo Especial do Petróleo - FEP

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	235	-
2021	379	61,28%
2022	555	46,45%
2023	586	5,51%
2024	615	5,06%
2025	646	5,00%

### Transferências de Recursos do SUS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	3.513	-
2021	3.168	-9,82%
2022	3.943	24,46%
2023	4.160	5,51%
2024	4.371	5,06%
2025	4.589	5,00%

**Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB**

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	7.349	-
2021	9.007	22,56%
2022	14.289	58,64%
2023	15.076	5,51%
2024	15.839	5,06%
2025	16.631	5,00%

**Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS**

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	3.716	-
2021	4.508	21,31%
2022	5.100	13,14%
2023	5.380	5,49%
2024	5.652	5,06%
2025	5.935	5,00%

**Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA**

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	178	-
2021	211	18,54%
2022	420	99,29%
2023	450	6,94%
2024	472	5,06%
2025	496	5,00%

**Imposto de Produtos Industrializado - IPI**

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	12	-
2021	17	41,67%
2022	20	18,98%
2023	20	0,57%
2024	21	5,06%
2025	22	5,00%

**Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE**

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	14	-
2021	9	-35,71%
2022	20	127,3%
2023	-6.174	-30284,15%
2024	-6.486	5,06%
2025	-6.811	5,00%

**Outras Receitas Correntes**

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	295	-
2021	42	-85,76%
2022	910	2066%
2023	960	5,51%
2024	1.008	5,06%
2025	1.059	5,06%

## Receitas de Capital

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	397	-
2021	376	-5,29%
2022	521	38,56%
2023	1.050	101,5%
2024	1.058	0,76%
2025	1.054	-0,38%

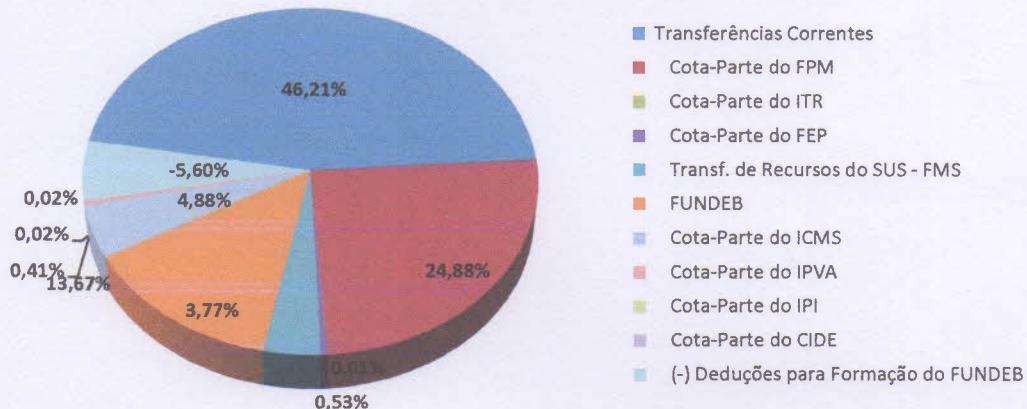
Notas Explicativas:

8 - As receitas de Capital tem como base as transferências de recursos de convênios. As projeções para os exercícios de 2023, 2024 e 2025 são fundamentadas em estimativas de transferências voluntárias por meio de convênios e contratos de repasse vindos da União e do Estado.

### 8.1. Composição das receitas totais - 2023



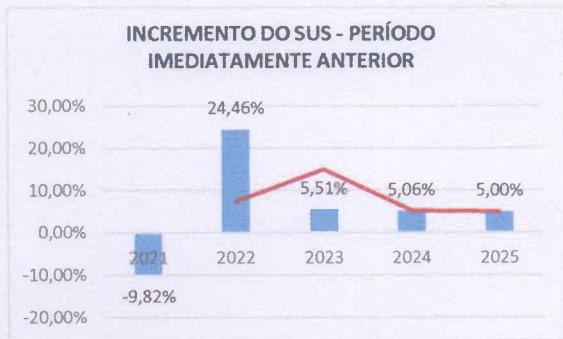
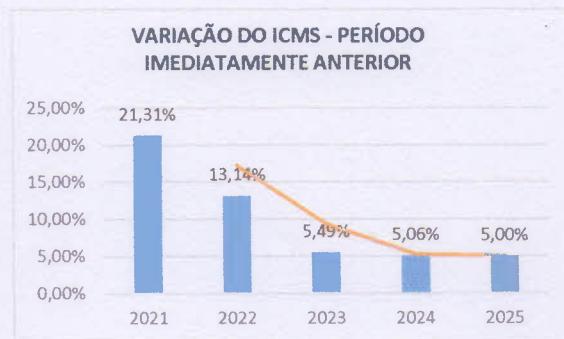
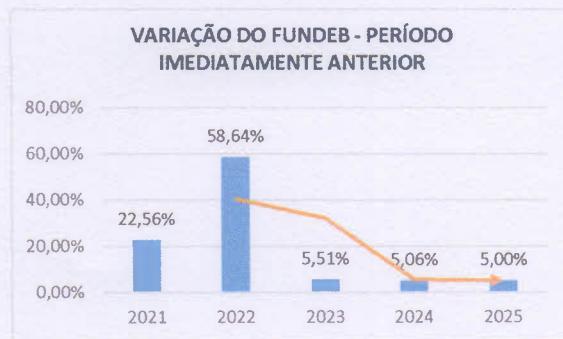
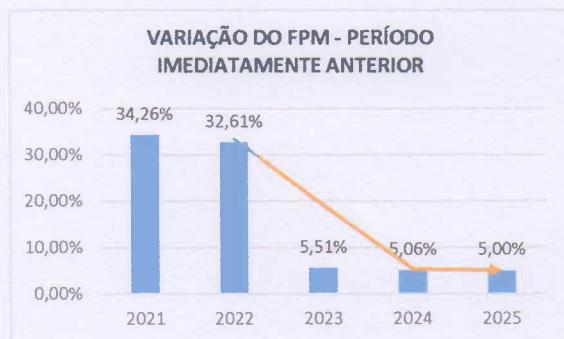
### 8.2 Participação do FPM e Transferências do SUS nas Transferências Correntes - 2023



Notas Explicativas: Do montante previsto para as Transferências Correntes R\$ 50.957.000,00 em 2023, R\$ 27.432.000,00 compõe o FPM e R\$ 4.160.000,00 compõe as Transferências do SUS.

ch

**9. Demonstrativo da variação das receitas de FPM, FUNDEB, SUS e ICMS em relação ao período imediatamente anterior.**





MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL - PE

**II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as despesas do Município**

**TOTAL DAS DESPESAS**

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizada 2020	Realizada 2021	R\$ milhares Reestimado 2022
DESPESAS CORRENTES (I)	33.267	37.712	50.051
Pessoal e Encargos Sociais	23.186	25.185	34.000
Juros e Encargos da Dívida	-	1	50
Outras Despesas Correntes	10.081	12.526	16.000
DESPESAS DE CAPITAL (II)	575	859	2.353
Investimentos	537	660	2.113
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	38	199	240
RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMERGÊNCIA (III)	-	-	-
RESERVA PARA EMENDAS IMPOSITIVAS (IV)	-	-	-
RESERVA DO RPPS (V)	-	-	2.488
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (VI)	2.078	2.137	2.242
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL(VII)	97	283	316
<b>DESPESA TOTAL (VII) = (I+II+III+IV+V+VI+VII)</b>	<b>36.017</b>	<b>40.991</b>	<b>57.450</b>

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2023	2024	2025
DESPESAS CORRENTES (I)	52.842	54.588	56.679
Pessoal e Encargos Sociais	35.985	37.180	38.321
Juros e Encargos da Dívida	55	60	64
Outras Despesas Correntes	16.802	17.348	18.294
DESPESAS DE CAPITAL (II)	1.452	2.360	3.068
Investimentos	1.200	2.100	2.800
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	252	260	268
RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMERGÊNCIA (III)	600	631	662
RESERVA PARA EMENDAS IMPOSITIVAS (IV)	-	-	-
RESERVA DO RPPS (V)	3.523	3.748	3.928
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (VI)	2.346	2.482	2.938
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL(VII)	317	316	0
<b>DESPESA TOTAL (VII) = (I+II+III+IV+V+VI+VII)</b>	<b>61.080</b>	<b>64.125</b>	<b>67.275</b>

Notas Explicativas:

1 - Os valores projetados para outras despesas correntes foram baseados na projeção da taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de 11,73%, 3,25% e 3,00% para os respectivos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

2 - Estimativa referente aos valores das despesas de transferências intra-orçamentárias relativos à operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, seguiram, conforme Manual de Demonstrativos Fiscais 13ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 1.447 de 14 de junho de 2022.

3 - A reserva do RPPS corresponde ao superávit gerado pela diferença entre Receitas Previstas (incluindo as receitas intra-orçamentárias recebidas pelo RPPS) e Despesas Previdenciárias fixadas na Lei Orçamentária Anual, que será utilizado para pagamentos previdenciários futuros.

ch

## II.a - Metodologia de Memória de Cálculo para as despesas do Município

### Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	25.264	-
2021	27.322	8,15%
2022	36.242	32,65%
2023	38.330	5,76%
2024	39.662	3,47%
2025	41.258	4,02%

#### Notas Explicativas:

1 - Na projeção para despesas de pessoal considerou-se o aumento do salário mínimo nacional em relação a 2022 R\$ 1.212,00, estimado para 2023 em R\$ 1.294,00, conforme previsto na LDO 2023 da União.

2 – As despesas intra-orçamentárias compões os valores projetados da Despesa com Pessoal, relativo as operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

### Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	0	-
2021	1	-
2022	50	4913%
2023	55	10,50%
2024	60	7,75%
2025	64	7,50%

#### Notas Explicativas:

1 - A projeção para o pagamento de juros e encargos da dívida segue a política do Banco Central do Brasil (Boletim Focus de 01 de julho de 2022), que projetou em 01 de julho de 2022 a taxa SELIC para os exercícios de 2023, 2024 e 2025 em 10,50%, 7,75% e 7,50%, respectivamente.

### Reserva de Contigência

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2020	0	-
2021	0	-
2022	0	-
2023	600	-
2024	631	5,06%
2025	662	5,00%

#### Notas Explicativas:

1- Os valores fixados para a Reserva de Contingência para atendimento de emergencias e passivos contigentes serão de, no mínimo, 1% da Receita Corrente e destina-se ao reforço de dotações a serem utilizadas para pagamento de despesas emergenciais, calamidades e outras contingências.



MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL - PE

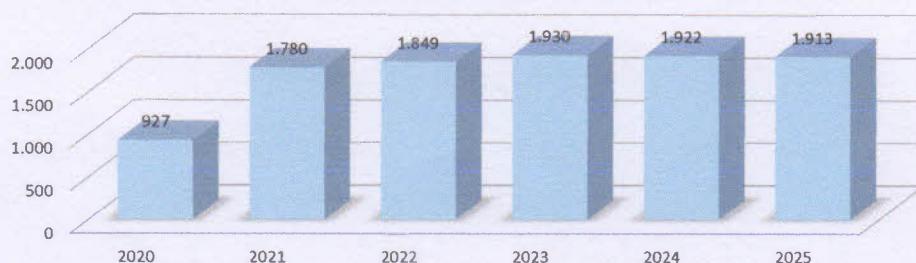
**III - Memória de Cálculo das Metas Anuais para os Resultados Primário e Nominal do Município**

ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	R\$ milhares
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	36.432	40.180	54.892	58.417	61.328	64.338	
Receita Primária (I)	35.178	39.462	52.952	56.331	59.131	62.038	
Receitas Primárias Correntes	34.781	39.086	52.442	55.331	58.131	61.038	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	666	908	1.233	1.301	1.366	1.435	
Contribuições	1.802	1.761	2.003	2.113	2.220	2.331	
Transferências Correntes	32.018	36.375	48.296	50.957	53.536	56.213	
Demais Receitas Primárias Correntes	295	42	910	960	1.008	1.059	
Receitas Primárias de Capital	397	376	510	1.000	1.000	1.000	
Receita Não primária	1.254	718	1.941	2.086	2.197	2.300	
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	33.842	38.571	54.892	58.417	61.327	64.337	
Despesa Primária - Empenhada/Fixada	33.804	38.371	54.602	58.110	61.007	64.005	
Despesas Primárias Correntes	33.267	37.711	50.001	52.787	54.528	56.615	
Pessoal e Encargos Sociais	23.186	25.185	34.000	35.985	37.180	38.321	
Outras Despesas Correntes	10.081	12.526	16.000	16.802	17.348	18.294	
Despesas Primárias de Capital	537	660	4.601	5.323	6.479	7.390	
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	1.049	520	581	649	671	691	
Despesa Não Primária	38	200	290	307	320	332	
<b>DESPESA PRIMÁRIA PAGA (II)</b>	<b>34.251</b>	<b>37.682</b>	<b>51.102</b>	<b>54.401</b>	<b>57.209</b>	<b>60.125</b>	
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II)</b>	<b>927</b>	<b>1.780</b>	<b>1.849</b>	<b>1.930</b>	<b>1.922</b>	<b>1.913</b>	
Juros, Encargos e Várias Monetárias Ativos (IV)	1.254	718	1.930	2.036	2.139	2.246	
Juros, Encargos e Várias Monetárias PassivosAtivos (V)	0	1	50	55	60	64	
<b>RESULTADO NOMINAL (VI) = (III + (IV - V))</b>	<b>2.181</b>	<b>2.497</b>	<b>3.729</b>	<b>3.910</b>	<b>4.001</b>	<b>4.094</b>	

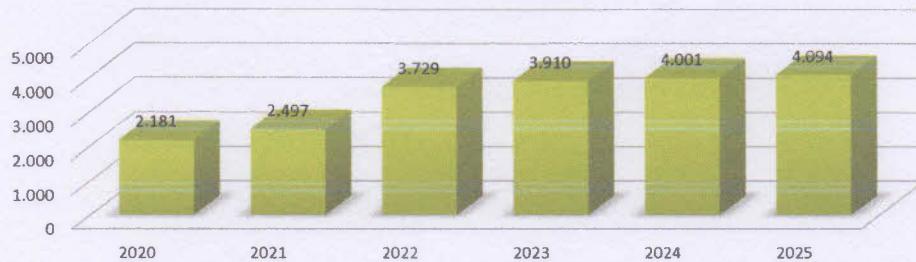
Notas Explicativas:

- 1 - As receitas e despesas intra-orçamentárias não devem compor o cálculo das Receitas e Despesas Primárias, conforme preconiza a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.
- 2 - Os dados relativos às receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado nas memórias de cálculo das receitas e despesas.
- 3 - O Resultado Primário é calculado pela diferença entre as receitas primárias e despesas primárias.
- 4 - O cálculo da Meta de Resultados Nominal obedeceu ao método acima da linha estabelecida pelo Governo Federal, por meio da Portaria nº 1.447, de 14 de junho de 2022, que aprovou a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, deduzindo do Resultado Primário, a estimativa de juros e encargos passivos (juros pagos) e somando a estimativa de juros e encargos ativos (juros recebidos).

**EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO**



**EVOLUÇÃO DO RESULTADO NOMINAL**





#### MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL - PE

#### IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

##### MONTANTE DA DÍVIDA

ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)						
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas	5.812	6.374	5.823	5.313	4.825	4.383
DEDUÇÕES (II)						
Ativo Disponível	1.022	707	0	3	5	30
Haveres Financeiros	2.683	2.725	707	743	767	790
(-) Restos a Pagar Processados	0	0	0	0	0	0
<b>DCL (III) = (I+II)</b>	<b>4.790</b>	<b>5.667</b>	<b>5.823</b>	<b>5.311</b>	<b>4.820</b>	<b>4.353</b>

Notas Explicativas:

1 - A linha de "Deduções" Registra os saldos da Disponibilidade de Caixa Bruta. Iliquidos dos Restos a Pagar Processados. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado. Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero", conforme instruído no Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, 12ª Edição.

2 - Para preenchimento do campo da Dívida Consolidada foram consideradas as projeções de amortização conforme demonstrativo abaixo:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
INSS	5.078	4.911	4.739	4.566	4.394	4.222
RPPS	573	1.219	903	586	270	0
FGTS	0	0	0	0	0	0
PASEP	161	161	161	161	161	161
OPERAÇÃO DE CRÉDITO - BNDS	0	0	0	0	0	0
MINISTÉRIO DA FAZENDA	0	0	0	0	0	0
PRECATÓRIOS	0	0	0	0	0	0
OUTRAS DÍVIDAS	0	83	21	0	0	0
<b>TOTAIS</b>	<b>5.812</b>	<b>6.374</b>	<b>5.823</b>	<b>5.313</b>	<b>4.825</b>	<b>4.383</b>

3 - A projeção do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros de 2022 foi elaborada da seguinte forma:

Disponibilidade de caixa em 01 de janeiro de 2022	2.725
(+) Previsão de Entrada de Recursos até 31 de dezembro de 2022	57.450
(=) Disponibilidade de Caixa Bruta	60.175
(-) Restos a pagar a serem pagos em 2022	1.856
(-) Restos a pagar a serem cancelados por prescrição em 2022	162
(-) Despesas orçamentárias a serem pagas em 2022	57.450
<b>(=) Disponibilidade de Caixa Líquida em 2022</b>	<b>707</b>

ch



**MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL - PE**  
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

**2023**

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso I)

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Metas Previstas em 2021<sup>1</sup></b> <b>(a)</b>	<b>% PIB*</b>	<b>%RCL</b>	<b>Metas Realizadas em 2021<sup>2</sup></b> <b>(b)</b>	<b>% PIB*</b>	<b>%RCL</b>	<b>Valor</b>	<b>Variação %</b> <b>(c)=(b-a)</b>	<b>R\$ milhares</b> <b>(c/a)x100</b>
<b>Receita Total</b>	43.500	0,02	115,92	42.429	0,02	113,07	-1.071	-2,46	
<b>Receitas Primárias (I)</b>	40.506	0,02	107,94	39.462	0,02	105,16	-1.044	-2,58	
<b>Despesa Total</b>	43.500	0,02	115,92	40.991	0,02	109,23	-2.509	-5,77	
<b>Despesas Primárias (II)</b>	38.631	0,02	102,94	37.682	0,02	100,42	-949	-2,46	
<b>Resultado Primário (III) = (I - II)</b>	1.875	0,00	5,00	1.780	0,00	4,74	-95	-5,07	
<b>Resultado Nominal</b>	2.775	0,00	7,39	2.497	0,00	6,65	-278	-10,02	
<b>Dívida Pública Consolidada</b>	5.049	0,00	13,45	6.374	0,00	16,99	1.325	26,24	
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	5.049	0,00	13,45	5.667	0,00	15,10	618	12,24	

Notas:

1 - Meta de Resultado Primário de 2021 conforme Anexo II da Lei Municipal nº 669/2020 (LDO/2021).

2 - Valores retirados do Anexo 12 da Lei Federal 4.320/64 - Balanço Orçamentário e do Anexo 6 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal, do RREO do 6º bimestre da Prestação de Contas Anual de 2021, disponível no Portal da Transparência do Município.

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR - R\$ milhares</b>	
	<b>Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual em 2021</b>	<b>Receita Corrente Líquida Municipal em 2021</b>
	233.400.000	37.526

**Notas Explicativas:**

**PIB:** Apesar de ser parâmetro opcional para os municípios, conforme a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais/STN, foi considerando para esse demonstrativo PIB de Pernambuco de 2021 no valor de R\$ 233,4 bilhões em valores correntes, publicado pelo site [www.condepfitemp.e.gov.br](http://www.condepfitemp.e.gov.br) e IBGE em 07 de março de 2022.

**RCL:** Receita Corrente Líquida – RCL para o ano de 2021, conforme Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO - 6º Bimestre/2021.

*of*

Tabela 3 – Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores



**SÃO BENEDITO DO SUL**  
Prefeitura de  
Respeito à nossa gente

MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL - PE  
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

2023

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso II)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	
Receita Total	38.145	42.429	11,231	57.450	35.402	61.080	6.319	64.125	4.986	67.275	4.912
Receitas Primárias (I)	35.178	39.452	12.178	52.952	34.184	56.331	6.382	59.131	4.970	62.038	4.916
Despesa Total	36.017	40.991	13.810	57.450	40.152	61.080	6.320	64.125	4.984	67.275	4.913
Despesas Primárias (II)	34.251	37.632	10.017	51.102	35.614	54.401	6.456	57.209	5.161	60.125	5.098
Resultado Primário (III) = (I - II)	927	1.760	2.161	1.849	-1.431	1.930	-0.074	1.922	-0.191	1.913	-0.181
Resultado Nominal	2.181	2.497	14.489	3.729	49.334	3.910	4.863	4.001	2.320	4.094	2.333
Divida Pública Consolidada	5.812	6.374	9.670	5.823	-8.646	5.313	-8.750	4.825	-9.199	4.383	-9.158
Divida Consolidada Líquida	4.790	5.667	18.309	5.823	2.744	5.311	-8.792	4.820	-9.245	4.353	-9.687

**VALORES A PREÇOS CONSTANTES**

ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	46.907	47.406	1.064	57.450	21.187	58.166	1.246	59.144	1.681	60.242	1.857
Receitas Primárias (I)	43.258	44.091	1.824	52.952	20.096	53.643	1.307	54.537	1.666	55.552	1.861
Despesa Total	44.290	45.799	3.407	57.450	25.438	58.166	1.247	59.143	1.680	60.242	1.857
Despesas Primárias (II)	42.118	42.102	-0.039	51.102	21.377	51.806	1.377	52.765	1.851	53.839	2.036
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.140	1.989	1.963	1.849	-1.280	2.026	-0.070	1.772	-0.185	1.713	-0.176
Resultado Nominal	2.682	2.790	4.024	3.729	33.656	3.724	-0.140	3.690	-0.901	3.666	-0.648
Divida Pública Consolidada	7.147	7.122	-0.355	5.823	-18.237	5.060	-13.103	4.450	-12.058	3.925	-11.804
Divida Consolidada Líquida	5.890	6.332	7.495	5.823	-8.043	5.057	-13.144	4.445	-12.101	3.898	-12.317

Nota: Os índices utilizados neste demonstrativo foram obtidos nos Relatórios FOCUS (02 de julho de 2021), elaborado pelo Ministério da Economia.

**ÍNDICES DE INFLAÇÃO**

MÉTODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES		
CONSTANTES		
2020	4.52%	2020 - Valor Corrente x 1.2297
2021	10.06%	2021 - Valor Corrente x 1.1173
2022	11.73%	2022 Valor Corrente -
2023	5.01%	2023 - Valor Corrente / 1.0501
2024	3.25%	2024 - Valor Corrente / 1.0842
2025	3.00%	2025 - Valor Corrente / 1.1168

oh

**Tabela 4 – Evolução do Patrimônio Líquido**



**MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL - PE**  
**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**2023**

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio / Capital	0	0	0	0	0	0
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	6.135	100	6.921	100	6.194	100
<b>TOTAL</b>	<b>6.135</b>	<b>100</b>	<b>6.921</b>	<b>100</b>	<b>6.194</b>	<b>100</b>

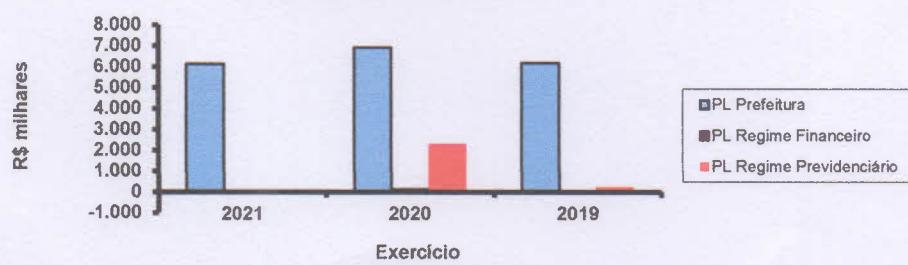
**REGIME FINANCEIRO**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio		0		0		0
Reservas	0	0	0	0	0	0
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-3	100	117	100	-2	100
<b>TOTAL</b>	<b>-3</b>	<b>100</b>	<b>117</b>	<b>100</b>	<b>-2</b>	<b>100</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio		0		0		0
Reservas	0	0	0	0	0	0
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-1	100	2.300	100	243	100
<b>TOTAL</b>	<b>-1</b>	<b>100</b>	<b>2.300</b>	<b>100</b>	<b>243</b>	<b>100</b>

**Evolução do Patrimônio Líquido**



ch

**Tabela 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos**



MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL - PE  
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2023**

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso III)	2021 (a)	2020 (b)	R\$ milhares 2019 (c)
<b>RECEITAS REALIZADAS</b>			
<b>RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
<b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores <sup>1</sup>	-	-	-
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	<b>(g)=((Ia-IId)+(IIIh))</b>	<b>(h)=((Ib-IIe)+(IIIi))</b>	<b>(i)=(Ic-IIf)</b>
<b>VALOR (III)</b>	-	-	-

**Fonte:** Anexo 11 do RREO - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos dos exercícios de 2019, 2020 e 2021.

**Notas Explicativas:**

1 - Despesas previstas no art. 44 da LRF: É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

2 - Não houve alienação de ativos no município de São Benedito do Sul, nos exercícios de 2019, 2020 e 2021.

*dh*

Tabela 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores e das Pensões e Inativos Militares



MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL - PE

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES  
2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")	R\$ milhares
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS	
<b>FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)</b>	
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	
Receita de Contribuições dos Segurados	1.399
Ativo	294
Inativo	294
Pensionista	-
Receita de Contribuições Patronais	242
Ativo	242
Inativo	-
Pensionista	-
Receita Patrimonial	861
Receitas Imobiliárias	-
Receitas de Valores Mobiliários	861
Outras Receitas Patrimoniais	-
Receita de Serviços	-
Outras Receitas Correntes	2
Compensação Financeira entre os Regimes	-
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	2
Demais Receitas Correntes	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL (III)</b>	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-
Amortização de Empréstimos	-
Outras Receitas de Capital	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)</b>	1.397
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>	
Benefícios	14
Aposentadorias	-
Pensões por Morte	14
Outras Despesas Previdenciárias	-
Compensação Previdenciária entre Regimes	-
Demais Despesas Previdenciárias	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)</b>	14
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)</b>	1.383
<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	
<b>VALOR</b>	
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	
<b>VALOR</b>	
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS</b>	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	2
Outros Aportes para o RPPS	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa	-
Investimentos e Aplicações	9.636
Outro Bens e Direitos	1.230

continua

ch



### FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2019	2020	2021
<b>RECEITAS CORRENTES (VII)</b>	<b>1.782</b>	<b>1.898</b>	<b>1.803</b>
Receita de Contribuições dos Segurados	543	639	751
Ativo	543	639	751
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	749	982	1.002
Ativo	749	982	1.002
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita Patrimonial	10	4	29
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	10	4	29
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	480	273	21
Compensação Financeira entre os Regimes	480	273	21
Demais Receitas Correntes	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL (VIII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)</b>	<b>1.782</b>	<b>1.898</b>	<b>1.803</b>
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2019	2020	2021
Benefícios	2.715	3.096	3.375
Aposentadorias	2.390	2.740	3.032
Pensões por Morte	325	356	343
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Financeira entre Regimes	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)</b>	<b>2.715</b>	<b>3.096</b>	<b>3.375</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)</b>	<b>- 933</b>	<b>- 1.198</b>	<b>- 1.572</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2019	2020	2021
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira	920	1.443	1.630
Recursos Para Formação de Reserva	-	-	-
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2019	2020	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	15
Investimentos e Aplicações	89	143	130
Outros Bens e Direitos	20	65	134
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2019	2020	2021
Receitas Correntes	263	277	696
<b>TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)</b>	<b>263</b>	<b>277</b>	<b>696</b>
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2019	2020	2021
Despesas Correntes (XIII)	256	299	306
Pessoal e Encargos Sociais	50	84	94
Demais Despesas Correntes	206	215	212
Despesas de Capital (XIV)	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>256</b>	<b>299</b>	<b>306</b>
<b>RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)</b>	<b>7</b>	<b>- 22</b>	<b>390</b>

continua

dr

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2019	2020	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
Investimentos e Aplicações	-	-	-
Outros Bens e Direitos	-	-	-
<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO</b>			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2019	2020	2021
Contribuições dos Servidores	-	-	-
Demais Receitas Previdenciárias	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)</b>	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2019	2020	2021
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)</b>	-	-	-
<b>RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)</b>	-	-	-



Tabela 6.1 - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores



**MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL - PE**  
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES**

**2023**

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>				
<b>FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)</b>				
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>Receitas Previdenciárias (a)</b>	<b>Despesas Previdenciárias (b)</b>	<b>Resultado Previdenciário (c) = (a-b)</b>	<b>Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)</b>
2022	1.513	5.310	-3.797	15.019
2023	1.099	2.891	1.792	13.227
2024	1.090	2.806	1.716	11.511
2025	1.090	2.806	1.716	9.795
2026	1.086	2.771	1.685	8.110
2027	1.056	2.611	1.555	6.555
2028	1.021	2.435	1.414	5.141
2029	1.009	2.366	1.357	3.784
2030	983	2.252	1.269	2.515
2031	983	2.252	1.269	1.246
2032	925	2.058	1.133	113
2033	908	1.989	1.081	-968
2034	802	1.695	893	1.861
2035	694	1.413	719	2.580
2036	624	1.249	625	3.205
2037	613	1.213	600	3.805
2038	546	1.073	527	4.332
2039	498	972	474	4.806
2040	459	882	423	5.229
2041	395	739	344	5.573
2042	367	670	303	5.876
2043	323	577	254	6.130
2044	286	500	214	6.344
2045	241	412	171	6.515
2046	202	340	138	6.653
2047	176	293	117	6.770
2048	153	255	102	6.872
2049	123	204	81	6.953
2050	90	151	61	7.014
2051	59	103	44	7.058
2052	42	76	34	7.092
2053	24	50	26	7.118
2054	15	36	21	7.139
2055	12	32	20	7.159
2056	5	20	15	7.174
2057	1	15	14	7.188

(continua)

du

(continuação)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2058	1	15	-	14 - 7.202
2059	1	15	-	14 - 7.216
2060	1	12	-	11 - 7.227
2061	1	12	-	11 - 7.238
2062	1	12	-	11 - 7.249
2063	1	12	-	11 - 7.260
2064	1	12	-	11 - 7.271
2065	1	12	-	11 - 7.282
2066	1	12	-	11 - 7.293
2067	1	5	-	4 - 7.297
2068				- - 7.297
2069				- - 7.297
2070				- - 7.297
2071				- - 7.297
2072				- - 7.297
2073				- - 7.297
2074				- - 7.297
2075				- - 7.297
2076				- - 7.297
2077				- - 7.297
2078				- - 7.297
2079				- - 7.297
2080				- - 7.297
2081				- - 7.297
2082				- - 7.297
2083				- - 7.297
2084				- - 7.297
2085				- - 7.297
2086				- - 7.297
2087				- - 7.297
2088				- - 7.297
2089				- - 7.297
2090				- - 7.297
2091				- - 7.297
2092				- - 7.297
2093				- - 7.297
2094				- - 7.297
2095				- - 7.297
2096				- - 7.297
2097				- - 7.297

Avaliação Atuarial elaborada pelo Senhor Atuário RICARDO CICARELLI DE MELO, MIBA: 1306. Data Base: 31/12/2021. Ano Base: 2022.

ch

Tabela 6.2 - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores



MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL - PE  
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES

2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
EXERCÍCIO	FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)		
2022	3.342	18.133	-	14.791 280
2023	1.357	8.521	-	7.164 6.884
2024	1.245	7.548	-	6.303 13.187
2025	1.168	6.904	-	5.736 18.923
2026	1.072	6.206	-	5.134 24.057
2027	988	5.618	-	4.630 28.687
2028	908	5.065	-	4.157 32.844
2029	816	4.584	-	3.768 36.612
2030	810	4.543	-	3.733 40.345
2031	717	4.122	-	3.405 43.750
2032	606	3.602	-	2.996 46.746
2033	550	3.330	-	2.780 49.526
2034	480	2.956	-	2.476 52.002
2035	411	2.668	-	2.257 54.259
2036	367	2.423	-	2.056 56.315
2037	321	2.189	-	1.868 58.183
2038	265	1.830	-	1.565 59.748
2039	205	1.585	-	1.380 61.128
2040	149	1.315	-	1.166 62.294
2041	103	1.027	-	924 63.218
2042	84	947	-	863 64.081
2043	71	851	-	780 64.861
2044	59	739	-	680 65.541
2045	54	678	-	624 66.165
2046	49	612	-	563 66.728
2047	44	550	-	506 67.234
2048	39	491	-	452 67.686
2049	29	360	-	331 68.017
2050	24	307	-	283 68.300
2051	18	232	-	214 68.514
2052	12	150	-	138 68.652
2053	10	129	-	119 68.771
2054	2	25	-	23 68.794
2055	1	8	-	7 68.801
2056		-	-	68.801
2057		-	-	68.801

(continua)

ch

(continuação)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2058			- -	68.801
2059			- -	68.801
2060			- -	68.801
2061			- -	68.801
2062			- -	68.801
2063			- -	68.801
2064			- -	68.801
2065			- -	68.801
2066			- -	68.801
2067			- -	68.801
2068			- -	68.801
2069			- -	68.801
2070			- -	68.801
2071			- -	68.801
2072			- -	68.801
2073			- -	68.801
2074			- -	68.801
2075			- -	68.801
2076			- -	68.801
2077			- -	68.801
2078			- -	68.801
2079			- -	68.801
2080			- -	68.801
2081			- -	68.801
2082			- -	68.801
2083			- -	68.801
2084			- -	68.801
2085			- -	68.801
2086			- -	68.801
2087			- -	68.801
2088			- -	68.801
2089			- -	68.801
2090			- -	68.801
2091			- -	68.801
2092			- -	68.801
2093			- -	68.801
2094			- -	68.801
2095			- -	68.801
2096			- -	68.801
2097			- -	68.801

Avaliação Atuarial elaborada pelo Senhor Atuário RICARDO CICARELLI DE MELO, MIBA: 1306. Data Base: 31/12/2021. Ano Base: 2022.

cl

Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita



MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL - PE  
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
2023

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso V)

R\$ milhares

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
<b>TOTAL</b>						-

Nota:

Não são estimados valores, para renúncia de receita, relativos a eventual concessão de benefício fiscal, a serem concedidos nos termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e nos termos do texto legal do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, devendo ser feito estudo de impacto orçamentário-financeiro por ocasião da concessão do benefício, durante o exercício respectivo.

**Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**



**MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL - PE**

**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS**

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2023**

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso V)

R\$ milhares

EVENTOS	Valor Previsto para 2023
Aumento Permanente da Receita	2.996
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	313
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.683
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.683
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	2.088
Novas DOCC	2.088
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	594

Notas Explicativas:

1 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, nos termos do art. 17 da LRF, para o Município em 2023, decorrem do aumento do salário mínimo nacional, estimado em R\$ 1.294,00, conforme previsto na LDO 2023 da União.

2 - Foi considerado, para 2023, aumento de receita de até 12,23%, resultante da taxa de inflação de 11,73%, e a taxa de crescimento do PIB de 0,50%, ambos indicadores disponíveis no IBGE 1º trimestre acumulado de 2022 e Relatório FOCUS do Banco Central do Brasil, publicado em 01 de junho de 2022.

ch



## ANEXO III

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

---

MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL

EXERCÍCIO DE 2023

ANEXO DE RISCOS FISCAIS



### ANEXO III – RISCOS FISCAIS DO PROJETO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2023

#### APRESENTAÇÃO:

O presente Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município, para 2023, foi determinado pelo § 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), com a finalidade de registrar e avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, bem como informar as providências a serem tomadas pela Administração, caso os riscos se concretizem.

Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 4º.

“§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

**Riscos Fiscais** são possibilidades de ocorrências de eventos que venham a impactar negativamente nas contas públicas, eventos estes resultantes da realização das ações previstas no programa de trabalho para o exercício ou decorrentes das metas de resultados, correspondendo, assim, aos riscos provenientes das obrigações financeiras do governo.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.180/09, que aprovou a NBC T 19.7, que trata de provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas, definiu, nos seguintes termos:

**Contingência passiva** é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou é uma obrigação presente que surge em decorrência de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com suficiente segurança.

A **Reserva de Contingência**, conforme estabelecido na alínea “b” do inciso III do art. 5º da LRF destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nos quais se incluem as alterações e adequações orçamentárias em conformidade com o disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Constará da Lei Orçamentária pelo menos 1% (um por cento) da receita corrente líquida para a reserva de contingência.

Também é possível superar ocorrências de eventos de que trata este anexo, por meio de realocação ou redução de despesas discricionárias.

No exercício de 2023 poderão vir a acontecer fatos que impliquem nos seguintes riscos fiscais:



1. Não atingimento das metas de arrecadação de receitas e aumentos de despesas em decorrência de:

- a) Ritmo de crescimento da atividade econômica do País abaixo do que está sendo projetado, com reflexo no nível de arrecadação dos tributos municipais e dos recursos resultantes de transferências constitucionais e legais feitas por outros entes federativos;
- b) Flutuações na taxa de câmbio e/ou aumento da taxa de juros, que tragam reflexos para a economia, implicando em aumento do custo do serviço da dívida (juros e amortizações);
- c) Ocorrência de índices inflacionários diferentes daqueles previstos, que venham a prejudicar as metas fiscais consideradas nas projeções desta LDO;
- d) inadimplência superior às estimativas de recebimentos dos créditos de dívida ativa tributária, previstos nas campanhas de cobrança administrativa e judicial, consoante disposições do Código Tributário Municipal, da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e atualizações;

2. Socorro à população em caso de situações emergenciais, de calamidade pública, epidemias, pandemias, notadamente a continuidade dos efeitos da pandemia do Covid-19 e enchentes, em valores superiores aos estimados para programas assistenciais, de saúde e da defesa civil que constarão da Lei Orçamentária.

3. Desastres ambientais de grandes proporções no território do município.

4. Ocorrência de decisões judiciais que impliquem em despesas não previstas ou orçadas em valor menor do que o montante imputado.

Havendo as ocorrências citadas, serão tomadas as providências referenciadas na folha anterior, por meio de utilização da reserva de contingência e realocação de recursos e redução de despesas discricionárias, assim como em situações emergenciais e de calamidade haverá gestão de riscos.

Considerando riscos hipotéticos, a quantificação financeira é de difícil mensuração, enquadrando-se em contingências passivas.

Anexa Tabela de Riscos Fiscais, modelo STN.

di



**MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL - PR**  
**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
**2023**

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ milhares

<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	-	-	-
Dívidas em Processo de Reconhecimento	-	-	-
Avais e Garantias Concedidas	-	-	-
Assunção de Passivos	-	-	-
Assistências Diversas	200	200	200
Assistência a enchentes, catástrofes, pandemias, epidemias, seca, etc.	200	Abertura de crédito adicional a partir da reserva de contingência.	200
Outros Passivos Contingentes	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>200</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>200</b>

**DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS**

<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustação de Arrecadação	1.000	1.000	1.000
Não recebimento de recursos de convênios dos Governos Estadual e Federal.	1.000	Contingenciamento das despesas/limitação de empenho de investimentos com fonte de recurso de convênios.	1.000
Restituição de Tributos a Maior	-	-	-
Discrepância de Projeções:	-	-	-
Outros Riscos Fiscais	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.000</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.000</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.200</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.200</b>

*ch*



## ANEXO IV

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

---

MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL

EXERCÍCIO DE 2023

ANEXO DE OBRAS EM EXECUÇÃO, DESPESAS  
DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO  
PÚBLICO E NOVOS PROJETOS



## APRESENTAÇÃO

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabeleceu no art. 45 que somente deverão ser incluídos novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

O presente anexo contém a discriminação das obras em andamento, despesas previstas para conservação do patrimônio e os novos projetos que serão incluídos na lei orçamentária para 2023, para atendimento das disposições do parágrafo único do referido art. 45 da LRF.

Estão evidenciadas detalhadamente, a seguir:

- I - Obras em Andamento;
- II - Despesas para Conservação do Patrimônio;
- III - Novos Projetos



MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL - PE  
ESTADO DE PERNAMBUCO

## PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

2023

### ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DE OBRAS EM EXECUÇÃO, DESPESAS DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E NOVOS PROJETOS

(Art. 45 da LRF)

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS	OBRAS EM EXECUÇÃO			Fonte (Recurso Próprio)	Fonte (Recurso Vinculado - Convênio)	VALOR A SER GASTO EM 2023 COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO (R\$)	GASTOS COM NOVOS PROJETOS EM 2023 (R\$)
	DATA DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DA OBRA	VALOR TOTAL DA OBRA (R\$)	% DE CONCLUSÃO EXECUTADO EM 2023 (R\$)				
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA</b>							
FEM III - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE LAZER DOS DISTRITO DE IGARAPÉA - SÃO BENEDITO DO SUL - PE.	599.533,23	80%	479.626,58	FEM			0,00
<b>Subtotal</b>	<b>599.533,23</b>		<b>479.626,58</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO</b>							
EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS						100.000,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>599.533,23</b>		<b>479.626,58</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>

### RESUMO

IDENTIFICAÇÃO	CUSTO TOTAL DA OBRA (R\$)
OBRAS EM ANDAMENTO	479.626,58
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	100.000,00
NOVOS PROJETOS	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>579.626,58</b>